

CAPITAL DA EFICIÊNCIA

A estabilidade fiscal e financeira na gestão pública municipal é crucial para garantir o desenvolvimento sustentável, a prestação de serviços eficientes à população e a manutenção do equilíbrio econômico. Uma gestão fiscal estável permite que a prefeitura planeje e execute investimentos de longo prazo em Infraestrutura, Educação, Saúde, Segurança e outros setores essenciais. Já a estabilidade financeira envolve a capacidade de gerir os recursos de forma responsável sem comprometer a sustentabilidade das finanças municipais.

Ao aprimorar a administração pública, manter a estabilidade fiscal e financeira e buscar financiamento, a Prefeitura de Salvador tem impulsionado projetos e ações dedicados aos progressos urbano, econômico e social na capital baiana. Graças à seriedade e à confiança conquistadas, o município garantiu financiamentos para a realização de obras e programas essenciais, como o BRT, o Salvador Social, o Proquali, o Prodetur e a revitalização do Mané Dendê, entre outros.

Neste Eixo Capital da Eficiência, encontram-se as atividades desempenhadas pela Casa Civil, Controladoria Geral do Município (CGM), Procuradoria Geral do Município (PGMS), Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (Arsal) e pelas Secretarias de Governo (Segov), Comunicação (Secom), Gestão (Semge) e Fazenda (Sefaz).



SECRETARIA DE GOVERNO – SEGOV

A Segov responde pelas atividades na área institucional como convênios, mensagens enviadas, decretos e leis aprovados pelo prefeito de Salvador.

ATOS E DECRETOS

Durante o ano, foram retomadas ações relacionadas às políticas públicas essenciais no período pós pandemia. Entraram em vigor leis, como a da criação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer – Esporte Salvador e a de modernização do Sistema de Pagamento Digital para quitação de dívidas públicas municipais por meios como PIX e cartões de débito e crédito.

Também passaram a vigorar leis que dispõem sobre os procedimentos para a instalação de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação (ETR) e de incentivo às empresas que contratarem mulheres vítimas de violência, a de reserva de vagas do Programa Minha Casa, Minha Vida para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, a da carteira de vacinação em sistema braile e a do atendimento médico de urgência a pessoas com deficiência auditiva e com incapacidade de fala ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), entre outros.

Para promover a valorização do servidor público, foi aprovada a lei que assegura o pagamento de meia-entrada para professores, coordenadores pedagógicos e titulares de cargos do quadro de apoio da Rede de Ensino Municipal, além de reajustes dos vencimentos dos servidores ativos e dos proventos dos inativos e pensionistas.

Além dos atos necessários ao funcionamento da máquina administrativa, foram publicados decretos, elaboradas mensagens, convênios, leis, efetuados convênios e termos aditivos durante o ano, com temas como regulamentação de licitações e contratos administrativos, programas municipais como o Bolsa Atleta, desburocratização e desenvolvimento econômico, liberdade econômica, além de instituição de programas de proteção à crianças e adolescentes e fomento à ações de desenvolvimento e qualificação profissional e empreendedora para mulheres

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	
Mensagens	19
Mensagem Aditiva	1
Vetos	14
Leis Sancionadas	102
Leis Complementares	0
Decretos Administrativos	188
Decretos Financeiros	1.074
Convênios de Cooperação Técnica	14
Termos Aditivos aos Convênios de Cooperação Técnica	0

Fonte: Segov, 2023.



OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO (OGM)

A Ouvidoria Geral do Município de Salvador é responsável pela recepção, encaminhamento e acompanhamento de sugestões, denúncias e elogios.

Atendimento Central 156

Durante o ano, a Central 156 registrou um total de 839.549 chamadas, 96,88% do total de chamadas recebidas. O tempo médio de espera para atendimento caiu, o que demonstra uma melhoria em comparação aos anos anteriores.

Solicitações/Manifestações Registradas

No mesmo período, a Ouvidoria Geral do Município registrou 1.001.477 solicitações/manifestações dos cidadãos através de seus diversos canais de atendimento. O Projeto Zero Queixa, implementado em 2021, obteve a resolução de 98,31% das demandas no ano. Durante a Operação Chuva 2023, a OGM atendeu 42.984 chamadas através da Central 156.

Projetos OGM

A Ouvidoria Geral do Município, em busca de fortalecer a atuação na promoção de igualdade, cidadania e combate à violência, desenvolveu



três projetos estratégicos, em parceria com as Secretarias de Políticas para Mulheres e Juventude (SPMJ) e a de Reparação Social (Semur) relacionados ao enfrentamento à violência contra a mulher, à discriminação, ao preconceito, ao racismo e à LGBTfobia.

Ouvidoria Itinerante

A Ouvidoria esteve presente em 14 bairros e registrou 272 solicitações entre informações e serviços municipais. A iniciativa permitiu um contato direto com a população. Os dados são registrados no Fala Salvador e encaminhados automaticamente aos órgãos competentes para análise e providências.

Portal e Redes Sociais

Em 2023, o Portal da Ouvidoria foi 100% reestruturado, possibilitando aos usuários acessar o [link](#) do Fala Salvador, facilitando o registro das solicitações. As redes sociais têm permitido uma maior interação com o cidadão. No ano, a OGM alcançou 11.198 seguidores entre Instagram e Facebook. Cada publicação gera cerca de 1.320 interações, sendo a taxa de resposta de 93%.

Carnaval

Durante os seis dias oficiais de Carnaval, de 16 a 21 de fevereiro, a OGM totalizou 16.991 mil registros, dos quais 99,4% foram contabilizadas pelas equipes de rua e 0,6% atendidos pelo Fala Folião 156. Desses registros, 49,4% foram referentes à organização da festa, às atrações, à entrega de pulseira para identificação de crianças, à qualidade na iluminação e à limpeza nos circuitos.

ESCRITÓRIO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ECI)

O Escritório, vinculado ao Gabinete da Vice Prefeitura (GABVP), desenvolve ações norteadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o objetivo de promover o desenvolvimento social do município através de parcerias e acordos internacionais.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



PARCERIAS

Durante o ano, o ECI firmou parceria com a SMS e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a SMS para a modernização e integração dos processos de Saúde do município.

Também realizou articulações junto à Secis para o preenchimento do Reporte de Progresso do Urban Nature Accelerator 2023, grupo que reúne as cidades da rede C40 comprometidas em proteger suas comunidades dos riscos climáticos e a alcançar as metas do Acordo de Paris. O reporte tem como objetivo monitorar os desdobramentos dos compromissos estabelecidos pelas cidades participantes a fim de identificar obstáculos e possíveis soluções.

Campanha OIM Brasil

A ação, desenvolvida a partir de uma parceria entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a SPMJ e o ECI, tem o objetivo de sensibilizar e conscientizar os foliões do Carnaval sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres em grandes eventos, sejam elas brasileiras, turistas ou migrantes.

A participação da OIM Brasil visa apoiar a integração econômica de migrantes vulneráveis de países vizinhos ao Brasil. A ação conta com financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). A campanha é essencial para a aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5 e 10 em Salvador, associados à Igualdade de Gênero e à Redução das Desigualdades

Compagnie Ona Tourna e R.Encontros

O projeto, a partir de parceria com o Consulado Geral da França, em Recife, promoveu duas apresentações da *Compagnie Ona Tourna*, representada pela artista francesa Fanny Vignals. O Projeto Caminhos: *chemins* contou com uma palestra solo da coreógrafa sobre sua trajetória entre a dança contemporânea e as tradições orais afro-brasileiras. Já a apresentação R.Encontros estabeleceu uma ponte entre crianças francesas e crianças brasileiras com objetivo de explorar o potencial de comunicação da dança. As apresentações aconteceram nos Espaços Culturais Boca de Brasa, em parceria com a Fundação Gregório de Mattos.

Dia Mundial da Língua Portuguesa

Em apoio às celebrações em prol do Dia Mundial da Língua Portuguesa, em 5 de maio, foi articulada a visita de alunos da Fundação Cidade Mãe (FCM) ao Gabinete Português de Leitura. O objetivo foi proporcionar um maior conhecimento do local e do seu acervo bibliográfico, fundamentais para a divulgação da história e da cultura dos países de língua portuguesa.

Projeto Multimídia de StoryTelling – C40

Salvador foi uma das três cidades do mundo selecionadas para participar no projeto multimídia no âmbito da campanha “Empregos Verdes de Qualidade” da Rede C40 em 2023. A cidade participou da criação de um pequeno vídeo de impacto sobre o Programa Salvador Solar.

Pacto Global de Prefeito pelo Clima e Energia (GCoM)

Com o objetivo de aumentar as capacidades de mitigação e adaptação de cidades e de reduzir a lacuna entre pesquisa, desenvolvimento e implementação na transição sistêmica para cidades net-zero, o ECI consolidou

parceria com a UTM, iniciativa do Pacto Global de Prefeito pelo Clima e Energia (GCoM).

Salvador, a convite do GCoM, testou a plataforma Portal de Dados para Cidades do Pacto, que tem como objetivo apoiar os municípios na elaboração de inventários de emissões de gases de efeito estufa e no fortalecimento do Plano de Ação Climática local.

O município também foi selecionado para integrar o programa do Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e a Energia (GCoM), Cidades Emblemáticas, que ofereceu assistência técnica e capacitações para desenvolver um projeto financiável do Plano de Ação Climática (PMAMC).

Cidades Emblemáticas

Salvador foi uma das 15 cidades da América Latina selecionadas pelo Pacto Global de Prefeitos para o Clima e a Energia (GCoM) e Governos Unidos para integrar o Programa Cidades Emblemáticas. O programa visa melhorar as competências do corpo técnico da cidade para fazer avançar a ação climática e a implementação de projetos através de uma combinação de conselhos, tutoria e revisão de boas práticas. A partir do Plano de Ação Climática, foi construído um projeto piloto para Saúde sem Dano na Rede Municipal de Saúde, articulando Casa Civil, SMS e Secis, além do apoio da Escola Politécnica da UFBA.

Construindo Cidades Resilientes (MCR2030) – UNDRR

Salvador foi selecionada como Hub de Resiliência nas Américas e no Caribe. O ECI prestou apoio e suporte à Codesal para a realização de atividades relacionadas a iniciativa Construindo Cidades Resilientes, incluindo a articulação para Encontros Regionais de Governos Locais pela Sustentabilidade (Iclei) e o preenchimento de formulários de acompanhamento.

Gap Fund

O município foi selecionado para integrar o programa, em 2022, com o objetivo de desenvolver um projeto de infraestrutura alinhado com o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima de Salvador (Pmamc), transformando o antigo lixão de Canabrava em um Parque Socioambiental.

Em 2023, o ECI participou na articulação para a construção de um Termo de Referência com assistência da GIZ.

EVENTOS PRODUZIDOS OU APOIADOS PELO ECI

Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI)

Em celebração aos 20 anos da Lei nº 10.639 sobre o ensino da História e Cultura afro-brasileira e do Dia Mundial da África, a Semur, em conjunto com o ECI, reuniu professores da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e servidores municipais do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI).

O evento teve como público-alvo membros do Comitê dos Núcleos Internos do PCRI, professores e alunos da Unilab do Campus dos Malês. O evento abordou temas, como a implantação da Lei nº 10.639, o Dia Mundial da África, a atuação da Semur, letramento racial, e a relação Brasil-África, incluindo aspectos culturais e linguísticos, além de depoimentos de professores nativos de países africanos, como Angola, Nigéria, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau. O evento também contou com o apoio do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores na Bahia.

Festival Pan-Africano de Artes e Cultura

O Festival Pan-Africano de Artes e Cultura (Panafest), realizado em Acra, Gana, em 2023, contou com a participação de Salvador, através de uma delegação de representantes da Secult que apresentou a experiência de Afroturismo de Salvador com ênfase no Projeto Salvador Capital Afro. O evento teve como tema Reivindicar a Família Africana através da música, dança, teatro, artes visuais e debates. O Panafest resgata vozes sobre o tráfico transatlântico de escravos e aborda as experiências dos descendentes de africanos na Europa e nas Américas.

Festival de Cultura Japonesa

Em 2023, o ECI apoiou pelo segundo ano consecutivo a realização do XV Festival da Cultura Japonesa, idealizado e executado pela Associação Cultural Nippo-Brasileira de Salvador (Anisa).

Semana da Criança

Em outubro, foi realizada a Semana da Criança, uma parceria entre o Instituto Cervantes, a SPMJ e o ECI, com o objetivo de promover uma imersão na cultura espanhola para cerca de 100 alunos da Escola Municipal Paroquial da Vitória. Durante dois dias foram realizadas atividades de integração e apresentações para os alunos, na forma de oficinas sobre variados temas, como Introdução à Cultura Hispânica, Viagem ao México e aprendizados sobre a Espanha. Os alunos participaram ainda de uma roda de conversa sobre como lidar com o *bullying* na infância.

Seminário Internacional de Saúde de Mulheres e Meninas

Em outubro, em referência ao mês de Conscientização para o Controle do Câncer de Mama e de Colo do Útero, o ECI realizou o Seminário Internacional de Saúde de Mulheres e Meninas no Centro de Cultura Vereador Manuel Querino. O evento, realizado em conjunto com SPMJ e com o Fundo de Populações das Nações Unidas (Unfpa), teve o objetivo de sensibilizar servidores municipais e a sociedade civil sobre a saúde da mulher e os impactos da desigualdade de gênero.

Abertura da Casa de Gana em Salvador

A partir do fortalecimento das relações entre o Município e a República do Gana, foi inaugurada a Casa de Gana, no Pelourinho, no Dia da Consciência Negra. A inauguração foi marcada por um Cortejo Durbar com a Fontomfrom de Shebre, dança africana para saudar chefes e autoridades. O espaço ofereceu atividades culturais gratuitas, como Música, Dança, Culinária, Literatura, Artesanato e debates. A iniciativa, promovida pela Embaixada de Gana no Brasil, em parceria com a prefeitura, visou fortalecer a conexão entre os dois países.

Festival Salvador Capital Afro 2023

O Festival, realizado em parceria com a Semur e a Secult, tem o objetivo de valorizar e fomentar a Economia Criativa negra da cidade, além de estimular o desenvolvimento de políticas públicas necessárias para posicionar Salvador como uma cidade antirracista.

Cities Summit of the Americas

O ECI articulou e apoiou a agenda da delegação de Salvador no evento da Rede de BiodiverCidades da América Latina e Caribe realizado em Denver, Estados Unidos, no âmbito do *Cities Summit of the Americas*. Durante o evento, foi assinada a Declaração de Barranquilla pelas Cidades Sustentáveis e a Biodiversidade: Biodivercidades.

Workshop C40 Bairros Verdes e Saudáveis e Espaços Públicos

Salvador participou do *workshop* “Programa Bairros Verdes e Saudáveis, Rede de Mobilidade Ativa e Acelerador de Natureza Urbana”, realizado em Santiago, Chile.



Fórum Waves of Change

A *Waves of Change* é uma organização francesa que objetiva desenvolver soluções conjuntas para desafios ambientais comuns, em especial a proteção costeira. Em 2023, o ECI articulou a submissão de propostas da Semob e da SMS no *Tideline Startup Challenge*, uma iniciativa voltada para a aproximação de cidades costeiras para a implementação de projetos inovadores e sustentáveis para o oceano. O município participou do fórum realizado em Biarritz, na França.

Assembleia da ONU Habitat

Articulação e acompanhamento da logística e da agenda da delegação do Salvador na Assembleia, que ocorreu em Nairobi, Quênia, e teve como tema “Um futuro urbano sustentável por meio de um multilateralismo inclusivo e eficaz: alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em tempos de crise global”.

ICA Academy – C40

Com objetivo de acelerar a criação e a oferta de empregos verdes justos e de promover a transição energética, foi realizada a Academia de Ação Climática Inclusiva (ICA), reunindo delegações de oito países, com a participação do município de Salvador.

Semana do Clima da América Latina e do Caribe (LACCW) e COP28

O ECI articulou a participação do município na LACCW, que aconteceu no Panamá, em outubro de 2023. Também foi responsável pela agenda da delegação de Salvador junto à Frente Nacional de Prefeitos (FNP), na COP28.

Menção Honrosa

O Projeto Saúde nos Bairros (SMS) recebeu menção honrosa ao participar do Prêmio Internacional de Guangzhou para Inovação Urbana (Prêmio Guangzhou), copatrocinado pelas Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), pela Associação Mundial das Grandes Metrôpoles e pela cidade

de Guangzhou. A iniciativa busca reconhecer a inovação na melhoria da sustentabilidade social, econômica e ambiental nas cidades e regiões e, ao fazê-lo, promove a prosperidade e a qualidade de vida dos seus cidadãos. O Saúde nos Bairros foi considerado uma das 45 iniciativas mais inovadoras recebidas neste ciclo.

Delegações Recepcionadas

Com o objetivo de apresentar o potencial turístico e contar um pouco da história da cidade do Salvador, o ECI articula, em conjunto com a Secult, a visita e o apoio logístico nos equipamentos culturais da cidade, a exemplo do Museu Cidade da Música da Bahia, Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira e Casa do Carnaval da Bahia.

Durante o ano, foram recepcionados representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA), da República de Gana, da Colômbia, dos Emirados Árabes, dos Estados Unidos, da França e de Moçambique, entre outros.

SECRETARIA GERAL DE ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA E DAS PREFEITURAS-BAIRRO (SACPB)

Vinculada à Secretaria de Governo, a SACPB tem a finalidade de oferecer atendimento presencial para as principais demandas do cidadão, assegurando a descentralização administrativa e maior participação popular na Gestão Pública Municipal. Em cada uma das 10 regiões administrativas do município, existe uma unidade física da Prefeitura-Bairro com estrutura diferenciada, simples e eficiente, constituída por uma equipe responsável pela gestão do atendimento diário ao cidadão e pela mobilização da comunidade local para consecução dos objetivos de interesse público.

Atendimentos

Em 2023, foram realizados 798.324 atendimentos presenciais, dos quais 86.207 foram de usuários únicos. Os serviços mais demandados foram: marcação de consultas e exames, dispensação de

medicamentos, Cadastro Único-Bolsa Família, Cartão SUS, Pesquisa de Emprego (Simm), Cálculo da Guia da Previdência Social (GPS), Primeiro Passo, Emissão de 2ª via do IPTU, desbloqueio de senha para nota fiscal eletrônica, alistamento militar, Balcão de Justiça, entre outros.

As unidades serviram ainda como polo referencial de diversas campanhas sociais, executando ações institucionais, como cursos e treinamentos, e projetos, como o Ouvindo Nosso Bairro e Prefeitura-Bairro Itinerante, além de otimizar e implementar ações junto à Semit para aperfeiçoamento do credenciamento do cidadão no Cadastro Único, Cartão SUS, Projeto Primeiro Passo e cadastramento de ambulantes para as festas populares de Salvador.

ATENDIMENTOS	
UNIDADE	TOTAL
PB CENTRO	39.026
PB SUBÚRBIO	70.615
PB CAJAZEIRAS	115.968
PB ITAPUÃ	74.964
PB CIDADE BAIXA	70.496
PB PITUBA	69.636
PB LIBERDADE	109.362
PB CABULA	108.094
PB PAU DA LIMA	68.665
PB VALÉRIA	71.497
TOTAL	798.324

Prefeitura-Bairro Itinerante

O projeto consiste no atendimento comunitário móvel à população fora da base física e em locais de difícil acesso. No ano, foram realizados 1.037 atendimentos.

Prefeitura-Bairro Vai Até Você

A iniciativa visa o atendimento à comunidade em locais diversos à sede das unidades, em eventos realizados em parceria com órgãos, entidades e instituições parceiras, a exemplo do Ministério Público da Bahia, Exército e Tribunal de Justiça. Nessa proposta os serviços de atendimento são prestados em conjunto, geralmente em locais de grande vulnerabilidade social. Em 2023, um total de 4.047 atendimentos foram realizados em eventos de órgãos e entidades parceiros.

Operação Chuva

Em conjunto com as lideranças comunitárias e servidores da Defesa Civil, a SACPB participou da Operação Chuva 2023. Foram realizadas vistorias nas regiões administrativas para identificar a necessidade de ações preventivas e corretivas para reduzir os riscos iminentes e os potenciais danos físicos causados pelo período chuvoso em Salvador.

Ouvindo Nosso Bairro

O projeto foi criado com o objetivo de garantir a participação popular na indicação de intervenções importantes em sua comunidade. Em 2023, foram selecionadas pela população 170 intervenções, das quais 80% já foram executadas e outras 20% estão em andamento.



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

A CGM é responsável pelas ações de planejamento, coordenação e execução das funções de controle, auditoria, correição e transparência. Cabe à Controladoria, a defesa do patrimônio público, a promoção do controle interno, a auditoria pública, e a prevenção e combate à corrupção.

CONTROLE INTERNO

Durante o ano, a CGM desenvolveu atividades reguladoras dos procedimentos relativos às prestações de contas junto aos órgãos fiscalizadores, promovendo ações e propondo a edição de normas, rotinas e outros instrumentos que contribuiriam para o aperfeiçoamento da sistemática de controle interno municipal e dos processos internos voltados à prestação de contas dos gestores públicos municipais. Foram realizados estudos destinados à regulamentação da autorização de viagens, da aquisição de passagens e da concessão de diárias.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CGM consolidou e encaminhou à Câmara Municipal de Salvador a Prestação de Contas Anual relativa ao exercício de 2022 da Prefeitura Municipal do Salvador para permanência em disponibilidade pública, em conformidade com o disposto no § 3º do artigo 31 da Constituição Federal.

No ano, a CGM avaliou 879 processos de adiantamentos e diárias, totalizando o monitoramento de R\$1.225.484 e monitorou o envio de 246 processos, via e-TCM, de editais de licitação em atendimento à Resolução

nº 1.431/2021. Foram remetidos ao TCM/BA, 34 processos relacionados a atos de pessoal, sendo apresentadas respostas a 49 notificações/termos de ocorrência expedidos pela Corte de Contas. Também atuou junto aos órgãos da Administração Direta municipal, visando atender as solicitações do TCM/BA no processo de análise da documentação mensal de receita e despesa e das prestações de contas anuais dos exercícios de 2021 e 2022.

MONITORAMENTO DA REGULARIDADE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

No ano, foram fiscalizados um total de 344 processos de prestação de contas de recursos públicos municipais transferidos a terceiros correspondentes a 103 instrumentos, 86 convênios, 16 parcerias, um Acordo de Cooperação Técnica, totalizando o montante de R\$ 53.947.844,90. A CGM monitorou ainda 16 instrumentos firmados entre o Governo Federal e o Município por meio de Convênio de Receita, totalizando o montante de R\$ 8.173.462,62 de recursos.

Também realizou atividades de avaliação de quatro contratos de gestão firmados com Organizações Sociais para planejamento da gestão, ope-



CONVÊNIOS DE RECEITA			
INSTRUMENTO	TIPO	CONCEDENTE	UG
785116/2013	Convênio	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Sempre
817281/2015	Convênio	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Sempre
828020/2016	Convênio	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Sempre
890532/2019	Convênio	Inst. do Patrimônio Hist. e Art. Nacional	Secult
891337/2019	Convênio	Ministério da Justiça e Segurança Pública	GCM
891953/2019	Convênio	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	SPMJ
891990/2019	Convênio	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	SPMJ
894722/2019	Convênio	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	SPMJ
896792/2019	Convênio	Ministério do Esporte	Sempre
900847/2020	Convênio	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	SPMJ
905933/2020	Convênio	Ministério do Esporte	Sempre
910959/2021	Convênio	Ministério do Esporte	Sempre
910960/2021	Convênio	Ministério do Esporte	Sempre
919257/2021	Convênio	Ministério da Cultura	Semdec
919602/2021	Convênio	Ministério do Esporte	Sempre
937137/2022	Convênio	Fundação Nacional de Artes	FGM

Fonte: CGM (2023)

racionalização e execução de ações e serviços nas Unidades Municipais de Saúde, totalizando o montante de R\$ 75.757.716,57.

OBSERVATÓRIO DA DESPESA PÚBLICA

O Observatório da Despesa Pública Municipal (ODP Salvador), em 2023, emitiu relatório acerca da concessão de benefícios assistenciais no Município do exercício de 2022, o que representa um

montante de R\$ 32.610.917,52 monitorados. Também acompanhou as medidas adotadas sobre os gastos com pessoal da Prefeitura Municipal do Salvador, com base nas folhas de pagamentos entre os anos 2019 e 2021, resultando no total de R\$14.180.914,92 em recursos monitorados.

Além disso, o ODP Salvador avaliou as estimativas dos impactos sobre folha de pagamento, encargos sociais e benefícios, nos casos de pro-

postas de alteração da legislação de pessoal, criação de novos cargos e empregos públicos, propostas de abertura de concursos de ingresso ou acesso, dos expedientes que tratem de nomeação ou contratação de pessoal e de outros que impliquem acréscimo de despesa, tendo emitido 45 pareceres, contabilizando R\$ 111.031.188,69 de despesas avaliadas até novembro de 2023.

Por demanda da Semge, o ODP Salvador iniciou estudos e execução de trilhas de auditoria sobre a concessão de benefícios específicos da Smed. Outra iniciativa, voltada para o aperfeiçoamento das ações de monitoramento e avaliação dos gastos públicos, foi a celebração do novo Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Controladoria-Geral da União (CGU), visando ao desenvolvimento de projetos e ações que possam contribuir para a prevenção e o combate à corrupção, para a promoção da transparência e da ética pública. Além destas ações, o ODP Salvador tem apoiado a gestão com a produção de informações sob demanda, em especial no que tange à implantação da apresentação de Declaração Anual de Bens por parte dos servidores da PMS.

Atos Normativos

A CGM deu continuidade à divulgação diária do Informe CGM junto aos órgãos e entidades municipais, apresentando um resumo das publicações de leis, regulamentos, julgados e notícias relacionados ao controle interno.

Em relação à proposição de atos normativos, foram realizados estudos destinados à atualização do Regimento Interno da Controladoria, à nova regulamentação da autorização de viagens e concessão de diária, à instituição da Política de Governança no município, ao estabelecimento de diretrizes da Gestão de Riscos.

AUDITORIA

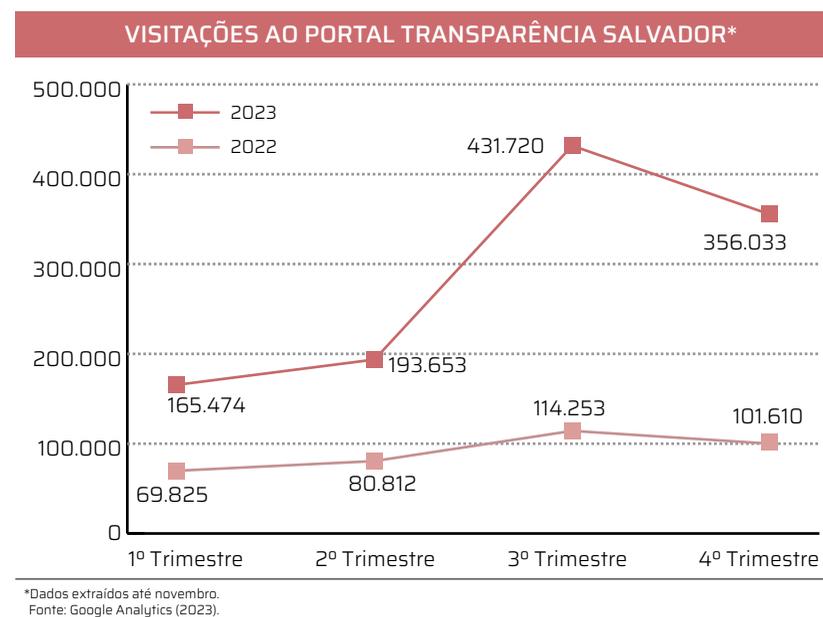
Em 2023, as atividades de auditoria concentraram o foco em contratos e convênios através do projeto Auditoria Interna + Gerenciamento de Riscos. Foram desenvolvidas auditorias específicas na área da Saúde com o objetivo de avaliar a qualidade e a efetividade dos serviços pres-

tados à população. A iniciativa busca propiciar a melhoria progressiva da assistência à Saúde, estabelecer e exercitar um método de trabalho preventivo, no sentido de evitar procedimentos incompatíveis com as normas do SUS e aferir a aplicação correta dos recursos, principalmente no que se refere à qualidade e à quantidade dos gastos.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

Portal Transparência Salvador

O Portal Transparência Salvador é o principal canal de interação com o cidadão no âmbito das ações da transparência municipal. Em 2023, o portal passou a disponibilizar informações relativas à dívida ativa, concurso e processo seletivo, planejamento estratégico. Desenvolveu também melhorias na ferramenta de pesquisa, bem como nas áreas de pessoal, rotinas de pareceres prévios, despesas e gestão. Além disso, passou a coletar informações mais detalhadas sobre o perfil e a experiência dos usuários, com vistas ao aprimoramento da transparência com foco no cidadão.



As páginas foram customizadas e aperfeiçoadas com informações específicas de cada órgão e entidade municipal. Essas medidas resultaram em aumento da transparência e da quantidade de acessos ao portal, avançando no cumprimento da Lei de Acesso à Informação e dos requisitos de qualidade.

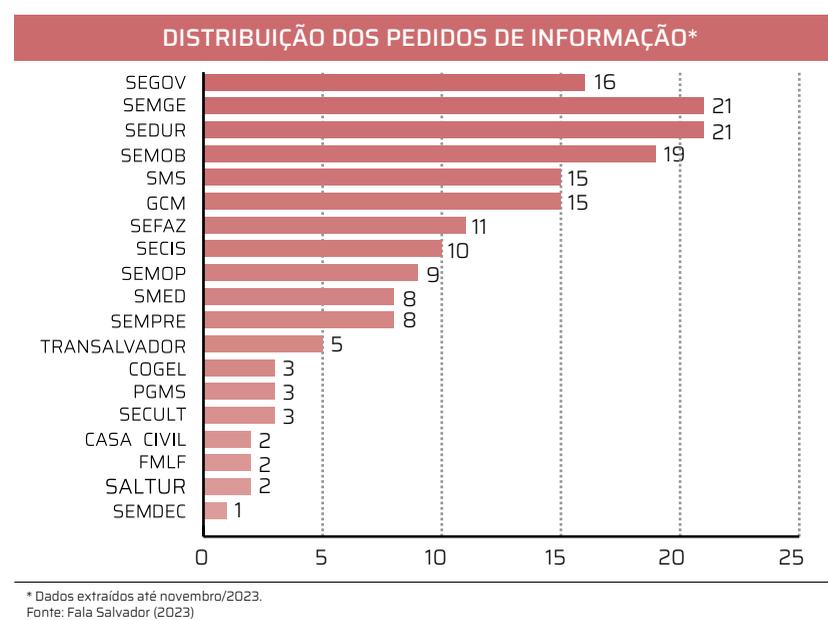
A Cidade Somos Nós

O programa é uma iniciativa de fomento ao controle social, concebido pela CGM, em parceria com a Secretaria Municipal da Educação, composta por um conjunto de ações educativas realizadas junto aos alunos do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental das escolas municipais de Salvador. A proposta visa formar cidadãos atuantes e conscientes da importância da Transparência Pública como ferramenta de controle social. Durante o ano, foram realizadas oficinas em 29 escolas com distribuição de cartilhas e a participação de 2.401 alunos, dos quais 389 se inscreveram no 4º Concurso de Expressão Literária – A Cidade Somos Nós.



Monitoramento dos Pedidos de Informação

A CGM monitora os pedidos de acesso à informação dirigidos aos órgãos e entidades da Administração Pública (Transparência Passiva), com vista a garantir o devido trâmite nos prazos e condições determinadas pela LAI. Durante o ano de 2023, foram registrados e atendidos 174 pedidos de acesso à informação.



AÇÕES CORRECIONAIS

A CGM tem desenvolvido atividades de planejamento, monitoramento e controle de ações corretivas no âmbito da Prefeitura Municipal de Salvador. entre as atividades executadas no ano de 2023, destaca-se a continuidade das análises de indícios de acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública por servidores, objeto de notificação do TCM/BA. Foram apreciados ainda processos relacionados a Tomada de Contas Especial (TCE), apurações de denúncias quanto às condutas disciplinares referentes a indícios de recebimento indevido de Auxílio Emergencial (federal) e aposentadoria. No ano, foram analisados 907 processos.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO SALVADOR – PGMS

A PGMS atua na representação judicial do município em defesa de seu patrimônio, de seus direitos e interesses, além de prestar assessoramento jurídico aos órgãos e entidades da administração.

PROCESSOS E DOCUMENTOS

Ao longo do ano, a Procuradoria Geral do Município de Salvador executou 3.826 atividades entre processos recebidos, analisados, despachados, documentos oficiais de justiça e ofícios expedidos.

QUANTITATIVO DOS PROCESSOS E DOCUMENTOS DA PGMS EM 2023

ATIVIDADE	QUANTITATIVO
Processos Recebidos/Despachados	1.975
Processos Analisados/Homologados	1.003
Documentos Recebidos/Despachados	126
Documentos dos Oficiais de Justiça	671
Ofícios Expedidos	51
TOTAL	3.826

Fonte: PGMS/GAB (2023)

COORDENADORIA DAS REPRESENTAÇÕES (COREP)

A Coordenadoria das Representações supervisiona 20 representações jurídicas que, no ano, examinaram um total de 8.591 processos.

PRODUÇÃO PROCESSUAL EM 2023	
REPRESENTAÇÃO - PGMS	PRODUÇÃO PROCESSUAL
Corep	2.373
Semge	823
Sefaz	218
Sempre	324
SMS	2.583
SPMJ	56
Smed	743
Seman	39
Seinfra	324
Secis	146
Semur	29
Secult	134
Sedur	392
Semop	150
Semob	68
Casa Civil	36
Gabp	153
TOTAL	8.591

Fonte: PGMS/Corep (2023)



PROCURADORIA CÍVEL, ADMINISTRATIVA E TRABALHISTA (PROCAT)

As Procuradorias Especializadas, tanto a Judicial Trabalhista (Ejutr) quanto a Judicial Civil e Administrativa (Ejuca) reunidas na Procat, realizaram, em 2023, 63.091 atividades entre audiências, notificações, citações ou intimações, pareceres, contestações, mandados de segurança, petições e processos digitais no e-Salvador.

PROCURADORIA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO, URBANISMO E OBRAS (PROAPO)

No âmbito da Proapo, foram contabilizados 4.632 processos, divididos entre as áreas Especializada Administrativa (2.218) e Especializada Judicial (2.414).

PROCURADORIA FISCAL (PROFI)

A Profi é a área com o maior volume de atividades na PGMS. Em 2023, registrou 1.071 processos na Chefia Especializada Judicial, recebeu 4.859 processos administrativos e enviou outros 3.436 processos.

DÍVIDA ATIVA – CDA

O estoque da Dívida Ativa contabilizou 386.561 inscrições com débitos, tributários ou não tributários em Dívida Ativa, totalizando um valor

corrigido de R\$ 18.742.267.863,65. Foram inscritos 310.437 débitos, considerando como tal cada lançamento contábil devido para cada contribuinte.

Foram ajuizados até o final de novembro, 51.371 débitos, que somados totalizaram um montante de R\$ 741.015.155,33 e representam um montante de 10.139 execuções judiciais. No tocante à recuperação dos débitos, a arrecadação da Dívida Ativa foi contabilizada através de pagamento por DAM, a cifra de R\$ 166.271.496,58.

Por prescrição, foram baixados débitos no valor total de R\$ 706.809.546,39. O estoque da Dívida Ativa baixada por anulação e cancelamento totalizou em R\$ 5.860.712.533,71. Os processos de compensação tributária, já baixados por compensação atingiram o montante de R\$ 2.158.290,41, considerando todos os sistemas da Dívida Ativa (SAT/DAT, AI e NFL), em razão da possibilidade de utilização de Transcon para alguns tipos de imóveis, a exemplo de terrenos com APAs, implementado pelo município em 2023.

No ano, houve um aumento na recuperação de débitos protestados, apesar de ter ocorrido uma redução do número de débitos enviados a protesto cujo total foi de 130.086. Embora poucos contribuintes paguem os débitos protestados à vista, ainda assim há o parcelamento de grande parte, além de outros em aberto, gerando a expectativa de recebimento futuro. Até novembro, R\$ 17.394.425,18 foram objeto de parcelamentos após o envio da CDA para protesto.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO – SECOM

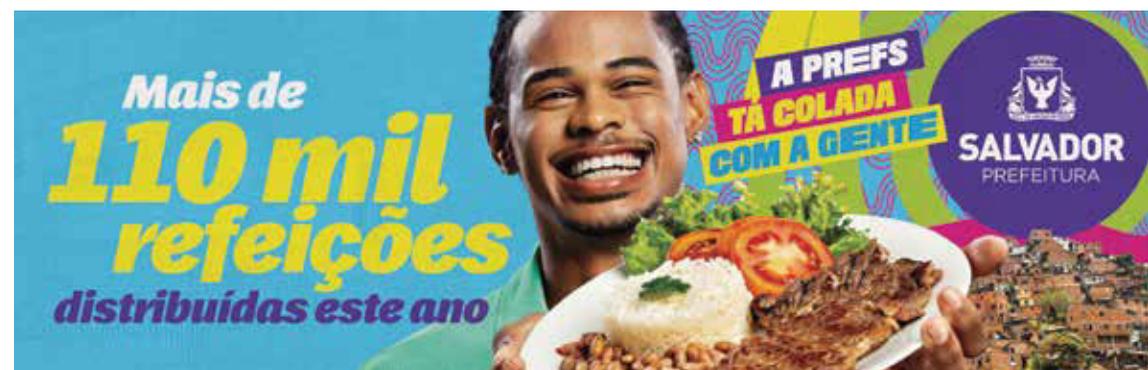
A Secom assessora diretamente o prefeito, o chefe de gabinete e os secretários no relacionamento com veículos de comunicação social. É responsável por manter relacionamento com os veículos jornalísticos, publicitários, atender às demandas desses veículos e garantir a cobertura publicitária dos atos relevantes da administração pública municipal.

JORNALISMO

Em 2023, foi intensificada e diversificada a produção de conteúdo sobre as ações realizadas pela Prefeitura de Salvador, a exemplo das matérias especiais sobre os 100 dias de gestão, sobre os 200 anos do 2 de Julho – Independência do Brasil na Bahia e sobre as festas populares da cidade, que fazem parte do calendário oficial de eventos de Salvador. A média de produção é de 10 matérias/dia e de 100 fotografias/dia.

Na área de Projetos Especiais, as parcerias com diversos veículos de comunicação para a produção de cadernos e de reportagens com todo o suporte de informações do setor de Jornalismo da Secom tiveram continuidade. Os conteúdos veiculados, através desses meios, ajudaram a impulsionar as atividades realizadas pela administração municipal, principalmente nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

A produção jornalística foi divulgada através de ferramentas, como *mailing list*, grupos de aplicativo de mensagens instantâneas, do *site* Agência de Notícias, *site* Comunicação Salvador e pelo novo Portal Salvador. A Secom também organizou a divulgação e cobertura das entrevistas coletivas do prefeito e das principais ações municipais, além de encaminhar sugestões de pauta à imprensa.



PUBLICIDADE

Durante o ano, a área de Publicidade da Secom trabalhou no apoio às demandas de comunicação da gestão e das secretarias com a publicação das ações da Prefeitura de Salvador através de campanhas que circularam em veículos de comunicação, comunicação comunitária, mídia externa (como *outdoor* e *busdoor*), mídia digital e material impresso, entre outras ferramentas.

Como parte das metas do Planejamento Estratégico 2021-2024, tiveram continuidade as ações em prol da acessibilidade da comunicação, a exemplo dos filmes publicitários, já 100% traduzidos em Libras. A comunicação da rede comunitária expandiu e se consolidou de maneira única e direcionada com os bairros e comunidades de cada uma das 10 Prefeituras-Bairro onde são utilizados carros de som, rádios-poste, moto-táxis, *sites* e *blogs* locais, *outdoor* social, *e-trucks* e *bikedoors*, garantindo diálogo direto e de interesse do público local.

COMUNICAÇÃO DIGITAL

O trabalho estratégico de Comunicação Digital, desenvolvido em 2023, prosseguiu com o objetivo de atingir o maior número de pessoas de

maneira rápida. A interação entre o município e os cidadãos já está consolidada nas redes sociais da Prefeitura de Salvador. No ano, o trabalho teve o reconhecimento do *SocialMediaGov*, com três indicações, sendo vencedora na categoria Influencer.

Dentre as estratégias para ampliar o alcance e o aumento das interações nos canais oficiais da administração municipal, está a elaboração de materiais realizados em parceria com criadores de conteúdo – em alguns dos casos, feitos de maneira orgânica por estes profissionais. Isso amplifica as entregas, ações e serviços da prefeitura para uma rede maior de pessoas.

Desde agosto de 2021, Salvador é a capital com maior número de seguidores no mundo na categoria Prefeituras à frente de Jacarta, capital da Indonésia, e Medellín, na Colômbia. Foi ultrapassada a marca de dois milhões de seguidores em todas as redes e é registrada atualmente uma média de 2,5 milhões de interações por mês.

O conteúdo apresentado nas redes sociais da Prefeitura de Salvador tem foco na divulgação na entrega de obras, na realização de campanhas, no desenvolvimento de programas e na abordagem de pautas afirmativas que impactam positivamente na vida dos cidadãos. A produção do material adota, como estratégia, a utilização de memes, de *trends* e de vídeos curtos.

A capital com maior potencial do Nordeste está pronta para receber o seu investimento.

Com o programa Investa Salvador, a capital baiana promove um ambiente de negócios cada vez mais favorável para quem pretende expandir a sua empresa ou fazer novos investimentos. É a cidade e você crescendo juntos.

INTELIGÊNCIA DE MERCADO
Para quem está pesquisando o mercado

PROMOÇÃO E ADVISE
Tudo o que você precisa saber antes de investir

ORIENTAÇÃO E ACESSO
Para quem está chegando

SUORTE PERMANENTE
Para quem já tem negócios em Salvador

INCENTIVOS FISCAIS
Programas para fomentar o investimento

invista.salvador.ba.gov.br

INVISTA Salvador
VEM CRESCER COM A GENTE

SALVADOR
PREFEITURA

INVISTA
Salvador

VEM CRESCER COM A GENTE

SALVADOR
PREFEITURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SEMGE

A Semge é responsável por planejar e implementar a modernização e inovação da gestão, elaborar e executar a gestão de pessoas, dos recursos logísticos, da tecnologia da informação e comunicação, bem como a previdência dos servidores públicos municipais. Também promove a articulação inter e intra secretarias e a rede operativa que envolve Planejamento, Gestão de Recursos Humanos, Logística e Patrimônio.

IMPLANTAÇÃO DO eSOCIAL

O eSocial é um projeto do Governo Federal que unifica o envio das informações de cunho trabalhista, previdenciário, tributário e de segurança e saúde no trabalho de todos os servidores e trabalhadores sem vínculo empregatício.

Desde 2018, o eSocial está em implantação no município. Em 2023, entrou em operação a 4ª etapa, referente à Segurança e Saúde do Trabalho com a transmissão dos eventos relacionados aos acidentes de trabalho, monitoramento da saúde do trabalhador e controle dos agentes nocivos.

A implantação do eSocial trouxe melhorias nos procedimentos internos, atualização técnica da equipe e implantação de novas funcionalidades no sistema informatizado, que gerencia a folha de pagamento, permitindo, assim, a transmissão dos dados ao Governo Federal.

Administração de Pessoas

A Semge realiza a validação de cadastros de servidores, a emissão de documentos funcionais, além de analisar e instruir nomeação, exoneração de

cargo efetivo, vacância, demissão por pena disciplinar, rescisão de contrato de trabalho, renovação de Reda, entre outros. Em 2023, foram analisados 5.364 processos, dos quais 4.440 respondidos no prazo médio de 15 dias.

Segurança, Medicina e Saúde Ocupacional

Em 2023, houve aumento de 30,8% na quantidade de perícias médicas presenciais, domiciliares e hospitalares, em relação a 2022, reflexo do aumento da capacidade de atendimento da equipe às demandas dos servidores. O número de processos analisados e atendidos relacionados aos benefícios provenientes da plataforma Sisprev web, destinados aos servidores inativos, cresceu 29,6% e os atendimento pré-admissionais 11,3% em comparação a 2022.

Pela primeira vez, na Junta Médica do Município de Salvador, foi implementada uma pesquisa de satisfação com o intuito de coletar o *feedback* dos servidores. Num universo de 1.941 atendimentos, 265 servidores (18,4%) responderam às questões.

A equipe operacional foi ampliada e dobrou de tamanho com a inclusão de profissionais técnicos como enfermeiras, técnicas em enfermagem,



estagiários remunerados e membros do Programa Nossos Talentos. Para atender a casos de maior complexidade, como solicitações de Redução de Carga Horária e atendimentos pré-admissionais de candidatos Portadores de Deficiência (PCD), uma equipe multidisciplinar foi implementada, composta por assistente social, psicólogo e médicos peritos.

Foi implementada a gestão de dados em um sistema Access, juntamente com a ferramenta bilhões, para fornecer elementos e estatísticas relacionados aos processos de solicitação de Licença Médica, Licença Maternidade e Licença Acompanhante. Essa abordagem ajuda na tomada de decisões baseadas em dados e na melhoria contínua dos processos.

A criação de padronização na execução de todos os processos da unidade visa aprimorar a eficiência, a qualidade e a consistência das operações, além de facilitar o treinamento dos colaboradores e possibilitar a gestão através de indicadores.

POLÍTICA DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

A Semge elaborou e publicou a Política de Segurança e Saúde Ocupacional (PSSO), visando a sua aplicação nos órgãos, fundações e autarquias que compõem a estrutura, por meio do Decreto nº 36.607, em 06 de fevereiro de 2023. O trabalho se concentrou em avançar com as definições de reestruturação organizacional, dimensionamento de equipe técnica de Segurança e Medicina do trabalho, revisão de regimento institucional, mapeamento dos riscos ocupacionais, elaboração de instruções normativas de segurança e saúde para implementação e operacionalização das ações de prevenção e promoção da saúde dos servidores.

No ano, foram efetuadas 367 inspeções para análise e avaliação de concessão dos adicionais de insalubridade/periculosidade, sendo deferidos 201 processos, 86 indeferidos e 80 instruídos para verificação da conformidade. Em cumprimento à exigência do e-Social relacionada a acidentes de trabalho, a Semge ajustou um novo procedimento de emissão da comunicação junto aos órgãos e entidades da Administração Direta da municipalidade. No ano, houve registro de 82 processos relacionados a acidente do trabalho, dos quais 36 foram deferidos, 15 indeferidos e 31 instruídos para adequação dos requisitos.

PROGRAMA NOSSOS TALENTOS

O programa, que visa dar continuidade à experiência profissional do estagiário egresso do Programa de Estágio da Prefeitura Municipal do Salvador, realizou, em 2023, seus dois primeiros processos seletivos para os cargos em comissão de Assistente Especial I e Assistente Especial II, de Ensino Médio e Superior, respectivamente. Foram disponibilizadas 46 vagas para ocupação de cargos em órgãos e entidades da prefeitura.

ESTÁGIO DE ENSINO SUPERIOR

Durante o ano, foram abertas inscrições para processos seletivos em vários órgãos municipais para contratação de 459 estagiários de nível superior. Deste total, 400 vagas para a contratação de estagiários do curso de Pedagogia para o Programa Aluno Presente da Secretaria Municipal da Educação (Smed) e 59 vagas dos cursos de Administração, Economia, Tecnologia em Gestão Financeira, Tecnologia em Gestão Comercial e Tecnologia em Gestão e Empreendedorismo para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Renda (Semdec) no âmbito do Programa Agente de Empreendedorismo.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES

Esse programa tem como objetivo o desenvolvimento de competências essenciais, técnicas e estratégicas, por meio de uma variedade de cursos e projetos. No ano, o programa realizou a formação de 12.610 servidores municipais, conduziu 88 turmas, abrangendo 37 cursos diferentes, viabilizou 54 turmas através de instrutores internos e 27 turmas por meio de sete parcerias externas.

Foram ofertados cursos nas áreas de Gestão de Documentos, Primeiros Socorros, Normativas de Segurança e Saúde no Trabalho, Excelência no Atendimento, Liderança, Diversidade e Inclusão, Engajamento de Equipes, Assertividade no Trabalho, Habilidades Interpessoais e Oratória, além de Ferramentas Digitais Avançadas. Também 438 agentes

da Transalvador participaram de cursos de atualização promovidos durante o ano.

Em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 11 cursos foram ofertados para desenvolvimento de competências e habilidades, como: Comunicação Pública e Gestão do Relacionamento do Cidadão, Ética e Serviço Público, Gestão do Conhecimento no setor público, Gestão do tempo e Produtividade, entre outros temas. No total, 8.499 servidores participaram desses cursos e obtiveram a certificação que possibilita a progressão profissional.

GESTÃO DO DESEMPENHO DE SERVIDORES

A Comissão Central da Avaliação Especial de Desempenho realiza a gestão do desempenho dos servidores em estágio probatório por meio do acompanhamento e suporte às comissões setoriais. São submetidos à avaliação os servidores titulares de cargo efetivo para fins de confirmação ou não no cargo, mediante a apuração de critérios como pontualidade, assiduidade, disciplina, produtividade e ética. No ano, foram geradas 936 avaliações de servidores, das quais 312 já encerradas e 624 em processo de finalização.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação foi direcionada aos ocupantes dos cargos dos Planos de Cargos e Vencimentos dos Servidores e dos Profissionais de Saúde da Prefeitura Municipal de Salvador. A partir de parceria com a Semit, que desenvolveu o Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD), foi possível a avaliação dos servidores pela chefia imediata. Como resultado, foram avaliados, no ano, 6.443 servidores e concedidas 1.283 progressões.

ACOLHIMENTO PARA NOVOS SERVIDORES

O programa, realizado mensalmente, com carga horária de oito horas, acolhe os servidores que ingressam na instituição através de nomeação,



Regime Especial de Direito Administrativo (Reda) ou Cargo Comissionado. Tem por objetivo despertar e fortalecer o sentimento de pertencimento e apoiar o processo de integração.

PROGRAMA MAIS LÍDERES

O programa tem o objetivo de promover a capacitação de alta liderança para operacionalização de projetos inovadores em seus contextos de trabalho. Desenvolvido em parceria com o Instituto Vetor – ONG que apoia o desenvolvimento de Lideranças e da Cultura voltada a Inovação – seis líderes de aprendizagem (quatro da Semge, um da SMS e um da Smed) participam do processo que inclui representantes de outras prefeituras.

SERVIDOR DESTAQUE

O evento promove o reconhecimento dos servidores com desempenho, comprometimento e comportamento diferenciados, indicados por cada um dos órgãos e entidades da estrutura da prefeitura. Anualmente, são homenageados 39 servidores-destaque, indicados pelos órgãos/entidades da PMS, que se destacaram nos desempenhos das suas atividades durante o ano de 2023. O evento foi realizado por meio de visita guiada exclusiva na Cidade da Música e premiação na Docca 1 – Polo de Economia Criativa, no Comércio.

DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS TRANSFORMADORAS

Com objetivo de promover a inclusão social, a adaptabilidade num ambiente de transformação tecnológica e o engajamento de equipes de trabalho, foi realizado em agosto o 3º Encontro de Desenvolvimento de Lideranças Transformadoras com ocupantes de cargos em comissão enquadrados nos graus 54 e 55, ocupantes das funções nos graus 62, 63, 64 e 65. O evento contou com duas palestras que abordaram temáticas no âmbito da diversidade.

SELEÇÃO DE INSTRUTORES INTERNOS

Este programa busca credenciar instrutores internos e ampliar o Banco de Instrutores Internos da Prefeitura, com o credenciamento ocorrendo por áreas de conhecimento, conforme definido em edital de seleção. No ano, o número de instrutores credenciados aumentou de 58 para 109 em relação ao ano anterior.

CAMPEONATO DO SERVIDOR PMS

O Campeonato do Servidor PMS busca valorizar e engajar o servidor público municipal através do esporte. Em 2023, o campeonato contou com a participação expressiva de 32 times, envolvendo cerca de 800 servidores, incluindo jogadores, líderes de equipe, técnicos e auxiliares técnicos. Na edição 2023, houve a inclusão das mulheres, refletindo o compromisso da prefeitura em promover o protagonismo feminino no esporte.

PLANO DE SAÚDE

A gestão do Plano de Saúde da Prefeitura Municipal de Salvador tem como missão prover serviços de assistência médica e odontológica de qualidade para um amplo espectro de beneficiários, que inclui servidores ativos e aposentados, dependentes, pensionistas sub judice, empregados das empresas públicas municipais, conselheiros tutelares e colaboradores contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo (Reda).

A assistência é garantida por três empresas especializadas, selecionadas através de edital público, assegurando a transparência e a eficiência na escolha dos provedores de serviços de saúde. Como incentivo, a prefeitura arca com até 60% dos custos dos planos de saúde e odontológicos, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 050/2010.

PROGRAMA BOLSA DE ESTUDOS

O Programa Bolsa de Estudos da Prefeitura Municipal de Salvador oferece bolsas educacionais para filhos e dependentes de servidores municipais, os quais devem estar inscritos em escolas parceiras reconhecidas. A iniciativa cobre entre 40% a 90% das mensalidades para profissionais da Administração Direta, autarquias e fundações municipais.

Em 2023, o programa alcançou um novo patamar com um orçamento total de R\$ 17,5 milhões. Deste montante, 96% ou R\$ 16,8 milhões, estão alocados para a ampla concorrência, assegurando uma cobertura substancial e inclusiva. Além disso, 4% do orçamento, equivalentes a R\$ 698.250,00, são especificamente destinados para a Educação Especial, reforçando o compromisso com a diversidade e o atendimento às necessidades individuais dos alunos. No ano, 1.587 servidores foram beneficiados com as bolsas.

PORTAL PARA A UNIVERSIDADE

O programa é uma ação inovadora, direcionada aos servidores e empregados municipais, que tem o objetivo de elevar seu nível educacional através do acesso ao ensino superior.



CENTRO DE LOGÍSTICA MUNICIPAL (CLM)

O CLM, localizado em Porto Seco Pirajá, tem por finalidade a operação logística integrada de recebimento, armazenagem, movimentação, gestão de estoque, processamento de pedidos, separação, conferência, embalagem, expedição, distribuição e entrega de todos os materiais de consumo e permanente, principalmente os de natureza sistêmica, mas também os de aquisições próprias e repasses de outras esferas de governo, destinados à Prefeitura Municipal de Salvador. Em 2023, houve uma ocupação média de 96%.

COMPRA INTELIGENTE E EFICIENTE

O Projeto Compra Inteligente e Eficiente objetiva implantar o planejamento anual de compras em 100% dos órgãos até 2024. A falta de planejamento

repercute na superutilização do Centro de Logística Municipal (CLM). Também resulta na codificação duplicada, semelhante ou em desuso no catálogo com 36.510 itens.

Para resolver esse problema, foi criado o Planejamento Anual de Compras e revisado o Catálogo de Bens de Consumo de Materiais através



da padronização dos mais de 24 mil itens codificados, com bloqueio de 7.765 códigos duplicados ou descontinuados.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SERVIÇO (SIG S)

O SIG S é uma plataforma integrada desenvolvida com o objetivo de facilitar o acompanhamento e a fiscalização das solicitações de serviços. Trata-se de uma solução inovadora, eficiente e transparente para a gestão de serviços na administração municipal.



BUSINESS INTELLIGENCE (BI) DOS SERVIÇOS DA CGS

O projeto tem o objetivo de aprimorar a gestão de serviços públicos através da análise avançada de dados. Consiste na coleta, organização e análise dos dados gerados pelos serviços essenciais como água, luz, dados e telefonia. O *Business Intelligence* identifica inconsistências nos pagamentos de alguns serviços, permite uma verificação e fiscalização mais eficientes, resultando em redução dos desperdícios e um controle mais rigoroso dos gastos públicos.

GESTÃO ESPACIAL DE SERVIÇOS E CONTRATOS – GEORREFERENCIAMENTO

O projeto identifica e vincula os serviços e contratos sistêmicos aos imóveis que estão sob a responsabilidade do município, inicialmente os locados, com base no georreferenciamento das unidades administrativas e opera-

cionais vinculadas à prefeitura. Tem como finalidade um gerenciamento mais eficiente dos imóveis, facilitando a localização e o acompanhamento, a criação de uma base de dados mais completa e precisa e o cruzamento de dados para identificação de imóveis abandonados.

Em 2023, foi concluído o levantamento em campo dos imóveis locados, criada uma base geoespacial com 234 imóveis, implementado um Banco de Dados Geográfico, aperfeiçoado o Sistema de Informação Geográfica *On-line* – WebGIS e desenvolvido um *dashboard* com informações. No ano, o projeto gerou uma economia de cerca de R\$ 2,5 milhões, alcançada graças à desvinculação, ao corte administrativo e à suspensão de serviços, como: água, energia elétrica, *link* de dados e internet e pelo distrato de aluguéis.

SISTEMA DE GESTÃO DE CONTRATOS (SIGC)

O SIGC objetiva proporcionar um sistema mais robusto e eficiente para o registro e acompanhamento de informações contratuais – contratos, apostilamentos e aditivos – e financeiras. O sistema permite controlar a execução dos contratos, monitorar saldos, valores executados por rubrica e gerar demonstrativos de execução e atestos, além de receber e associar Notas Fiscais e outros documentos obrigatórios ao faturamento em formato 100% digital.

POLÍTICA DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL DOS SERVIDORES

O Decreto nº 36.607, de 06 de fevereiro de 2023, instituiu a Política de Segurança e Saúde Ocupacional dos Servidores do Município de Salvador. Essa política aborda aspectos essenciais relacionados a acidentes de trabalho, exposição a agentes nocivos e normas para a entrega e devolução de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

REGULAMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

A Semge promoveu a estruturação e padronização de várias minutas de decretos para otimizar o processo de licitações, incluindo Decreto de Pes-

quisa de Preços, Dispensa de Pequeno Valor, Procedimento para Dispensa de Pequeno Valor, Estudo Técnico Preliminar, Agente de Contratação, Bens de Consumo e Luxo, Registro de Preços e Critérios de Julgamento. Também atuou na padronização dos modelos de documentos essenciais para licitações, como Termos de Referência, Estudos Técnicos Preliminares e Minutas de Contratos para Compras e Serviços em Pregão Eletrônico, além de Edital de Compras e Serviços.

Adicionalmente, foi estabelecido um Canal de Comunicação Institucional – composto pelo serviço Fale Conosco no *site* da Semge e pelo e-mail gtcontribuicoes@salvador.ba.gov.br – para promover a interação e alinhamento entre os diversos órgãos e entidades da administração pública municipal. Também implementou a estratégia de escuta ativa, com o objetivo de engajar os órgãos municipais, identificando e superando desafios na implementação da Nova Lei de Licitações.

PROJETO COLABS E ESCRITÓRIO DE SOLUÇÕES INOVADORAS

A ação é resultado de uma parceria firmada entre o Gnova Lab – Laboratório de Inovação em Governo da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), a Catálise Social e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) voltada para unidades de inovação, inclusive recém-instituídas.

O Projeto Colabs foi um dos 20 selecionados no programa, que se desenvolverá ao longo de 12 meses e de forma gratuita. A expectativa é diversificar o portfólio de métodos e ferramentas utilizados no trabalho sistêmico com outros órgãos e entidades, criando uma ambiência favorável para identificação e implementação de soluções inovadoras para os problemas públicos municipais.

PROGRAMA ACESSO MAIS SEGURO (AMS)

O Programa Acesso Mais Seguro (AMS), realizado em colaboração com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), busca desenvolver e implementar ações eficazes para mitigar os impactos da violência arma-

da sobre o bem-estar físico, mental e psicossocial dos profissionais de serviços públicos essenciais e da população assistida por esses serviços.

COMITÊ MUNICIPAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Semge, em colaboração com o Comitê Municipal de Desburocratização para o Desenvolvimento Econômico de Salvador, revisou e otimizou os processos de licitação com o objetivo de aperfeiçoar os procedimentos para categorias específicas, como: Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Produtores Rurais, Pessoa Física e Agricultores Familiares.

Uma das ações foi a simplificação dos procedimentos para efetivação no Cadastro de Fornecedores que reduziu a complexidade e o tempo necessário para que novos fornecedores pudessem se registrar e participar das licitações da prefeitura. A medida facilitou o acesso de pequenos e médios empresários aos processos de contratação pública.

A Semge também revisou o fluxo de pagamento de fornecedores para agilizar e tornar mais eficiente o processo de pagamento. Essa ação melhorou a relação da prefeitura com seus fornecedores, garantiu um ciclo de pagamento mais rápido e transparente, fundamental para a manutenção de uma cadeia de suprimentos saudável e confiável.

GESTÃO DE PROCESSOS

A implementação de novas soluções tecnológicas possibilitou à Semge otimizar e automatizar rotinas administrativas, aumentando a eficiência e reduzindo a carga de trabalho manual. Para aprimorar as habilidades de gestores e coordenadores e sintonizá-los às novas demandas, foram promovidas capacitações.

SISTEMA DE PROCESSOS ELETRÔNICOS – eSALVADOR

O eSalvador foi concebido para oferecer recursos e atender às necessidades específicas da administração pública municipal e suas diversas áreas



de negócio. Possui a capacidade de operar com segurança e agilidade, promovendo transparência e eficiência na gestão de custos.

Em 2023, tramitaram pelo sistema 203.689 processos, 16.148 circulares e 1.338.288 trâmites, numa média diária de 1.700 usuários. Estão cadastrados 64.842 servidores, dos quais 13.235 ativos. A estimativa é de que esse sistema tenha poupado mais de 10 milhões de páginas no ano.

PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de Salvador apresentou, no ano, uma base de 31.398 servidores, com uma distribuição de 21.702 servidores ativos, 6.668 inativos e 3.028 beneficiários de pensões por morte. A análise demográfica revelou que a maioria dos beneficiários do Fumpres (68,01%) tem idade média superior a 70 anos, indicando uma população beneficiária com necessidades previdenciárias crescentes.

Destaca-se também a predominância do sexo feminino entre os inativos e pensionistas, correspondendo a 79,63% do total, com uma concentração ainda maior entre as mulheres aposentadas, que representam aproximadamente 5.341 do total de inativos. Em relação à concessão de benefícios, o ano de 2023 superou os anteriores com 419 concessões. Em 2021, foram 259 e, em 2022, um total de 251.



Política de Recadastramento e Controle de Regularidade

Conforme o decreto que institui o recadastramento permanente para os segurados do Fumpres, o recadastramento anual dos segurados é uma obrigatoriedade no mês de aniversário do beneficiário. A falta de comparecimento resulta na suspensão do benefício.

Auditorias regulares são realizadas para garantir a conformidade e prevenir irregularidades. Entretanto, a necessidade de adaptação às circunstâncias impostas pelo isolamento social resultou na suspensão do recadastramento presencial, conforme o Decreto nº 32.256, de março de 2020, dando lugar à prova de vida *on-line*.



Para aprimorar o acesso ao cadastramento *on-line*, a Semge implementou o aplicativo Meu RPPS. Lançada em novembro, essa funcionalidade oferece aos segurados a oportunidade de efetuarem seu cadastramento *on-line* de maneira rápida e simples. Essa iniciativa visa aprimorar o acesso aos serviços previdenciários, promovendo uma modernização na interação com os beneficiários.

Construindo a sua aposentadoria

O projeto realizou um evento com palestras voltadas para a área financeira, previdenciária e de bem-estar, direcionado aos servidores efetivos

da Prefeitura Municipal de Salvador com expectativa de inativação nos próximos cinco anos. Também foi disponibilizado atendimento individualizado para prestar esclarecimentos aos servidores.

Comunicação

As ações específicas realizadas pela comunicação interna, como o Fumpres Acolhe e o Multiplica Fumpres contribuíram para a integração dos colaboradores e para o compartilhamento de conhecimentos. O primeiro é destinado ao acolhimento de novos profissionais e ao fornecimento de informações essenciais das atividades da unidade. Já o Multiplica Fumpres garante que os conhecimentos obtidos pelo colaborador, enquanto esteve em capacitação ou evento externo, sejam disseminados entre os outros colaboradores da diretoria, de maneira eficaz e inclusiva.

O Fumpres Conecta é uma outra iniciativa inovadora que visa à inclusão digital e tem como público-alvo os aposentados e pensionistas. Periodicamente, são elaborados módulos que resumem, de forma objetiva, o conteúdo de cada encontro para que os inscritos possam revisar posteriormente.

CONSELHO DE GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (COGEOS)

O conselho tem como objetivo fomentar, planejar, acompanhar e implementar as ações de transferência de serviços e atividades para as Organizações Sociais. No ano, foram tomadas 37 deliberações, das quais 29 execuções, incluindo 12 Prestações de Contas, nove Termos de Contratos/Aditivos, e oito Alterações do Plano de Trabalho, qualificação de quatro entidades, como: Organizações Sociais (OS), dois indeferimentos de qualificação como Organização Social (OS) e autorização de duas transferências para gestão sob o modelo de Organização Social.

De 2017 a 2023, foram qualificadas pelo Cogeos 66 Organizações Sociais, com 60 na área da Saúde, uma na Educação e cinco na Assistência Social.

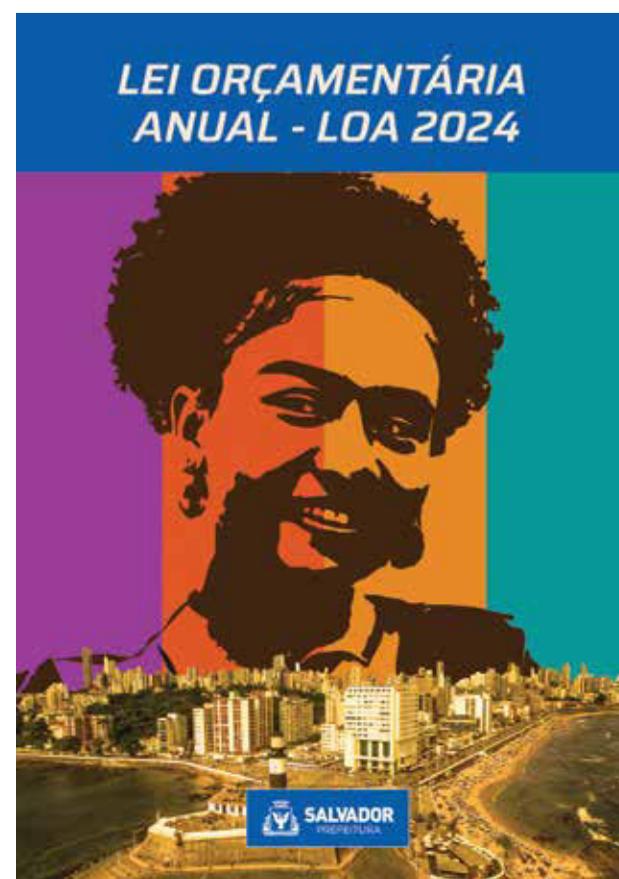
CASA CIVIL

A Casa Civil atua como órgão central de planejamento estratégico e orçamentário da Prefeitura Municipal de Salvador. Também realiza a gestão e o controle de projetos estratégicos intersetoriais, a captação de recursos financeiros para alavancagem dos investimentos municipais e avalia os resultados das ações do Poder Executivo Municipal.

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Os processos de planejamento e execução orçamentários são articulados e coordenados pela Casa Civil com o compromisso de aplicação correta dos recursos públicos, alinhando responsabilidade fiscal com a realização de entregas que promovam o desenvolvimento da cidade e a melhoria das condições de vida de seus cidadãos.

Entre as suas atribuições, responde pela elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), peças anuais com vigência no ano seguinte ao de sua elaboração. A construção da LDO teve como foco a definição das prioridades da gestão e metas fiscais para 2024, à luz da disposição de recursos e compromissos do Plano Estratégico Municipal. Já a elaboração da LOA equalizou a disponibilidade de recursos frente à demanda de ações governamentais com inicial atenção às despesas como pessoal, custeio da máquina e compromissos com a dívida.



GESTÃO DO ORÇAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

Para além do processo de planejamento orçamentário, consolidado na elaboração da LOA e LDO, a Casa Civil atuou na gestão do orçamento e acompanhamento de sua execução, além de coordenar, articular, assessorar e prestar consultoria aos gestores públicos dos diversos órgãos e a toda rede institucional de orçamento.

Dentre as atividades diárias para monitoramento da execução do orçamento, inclui-se o levantamento de fatos relevantes com impacto orçamentário, como as licitações publicadas no Diário Oficial do Município, projetos de lei em tramitação na Câmara Municipal e o lançamento de novas ações e programas. Diariamente também são acompanhados os níveis de concessão e utilização do superávit no financiamento de intervenções.

Também são produzidos uma série de estudos para nortear os gestores, na tomada de decisões, buscando caminhos e alternativas mais eficientes e assertivas. Neste rol, destacam-se os estudos focados na aplicação de recursos nas áreas social, econômica, infraestrutura e gestão, evolução comparativa de despesa nos diversos grupos programáticos, controle e acompanhamento das despesas compatibilizadas com as disponibilidades de recursos, acompanhamentos do desempenho dos recursos aplicados em investimentos, monitoramento dos índices constitucionais, entre outros. Ao longo do ano, foram produzidos mais de 30 estudos dessa natureza.

Parte importante do processo de acompanhamento, o contínuo desenvolvimento da ferramenta de *Business Intelligence* (BI) tem permitido a geração de informações com maior agilidade, confiabilidade e flexibilidade. Durante o ano, a atividade de ajuste orçamentário quer seja para criação de novas ações, ampliação de projetos, quer para alinhamento do planejamento inicial à realidade da execução, exigiu análise criteriosa para garantir o embasamento jurídico necessário a cada ato modificativo. No ano, foram realizadas 1.019 modificações orçamentárias, sendo 215 referentes a alterações no Quadro de Detalhamento de Despesas e 804 relativas a Créditos Adicionais, totalizando uma movimentação de R\$ 5,6 bilhões.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Para manter o compromisso com a transparência da alocação dos recursos públicos, uma série de iniciativas para prestação de informações à sociedade foi implementada. No *site* da Casa Civil, estão disponíveis todas as peças orçamentárias, desde os projetos de lei até as leis sancionadas. Ao longo do ano, também foram esclarecidas dúvidas relacionadas ao orçamento através da Lei de Acesso à Informação (LAI), de veículos de comunicação e do Legislativo Municipal.

A Casa Civil também participou das audiências públicas promovidas pelo Poder Legislativo nos meses de junho (para LDO) e novembro (para LOA), permitindo uma efetiva participação da sociedade.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos captados nos últimos 11 anos contribuíram para a execução das ações contidas nos planejamentos estratégicos da administração municipal nas áreas econômica, social, ambiental, mobilidade urbana, cultural, entre outras. A parceria com as instituições multilaterais, além de viabilizar o ingresso de recursos financeiros, proporciona a transferência de conhecimentos para o corpo técnico da prefeitura, como melhores práticas adotadas em outros países em gestão pública municipal, soluções tecnológicas, desenvolvimento urbano e social, soluções para a redução de impactos climáticos, com ganhos efetivos para o município.

Até 2023, foram captados R\$ 3,2 bilhões, sendo R\$ 2,1 bilhões, provenientes de cinco operações de crédito externas e R\$ 1,1 bilhão de nove operações internas, além de 70 contratos de repasse e 77 convênios com o Governo Federal, incluindo os repasses ao Fundo Municipal de Saúde oriundos de emendas parlamentares, que totalizaram R\$ 726 milhões.

Operações de Crédito

Os resultados expressivos da captação de recursos foram resultantes da celebração de quatorze operações de crédito ao longo desse período, que contaram com um aporte de R\$ 698 milhões em contrapartida.

Encontram-se em negociação mais quatro operações de crédito: Programa de Inclusão Social e Territorial de Salvador junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), Programa Salvador Capital Afro, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa de Aquisição de Ônibus Elétricos, assim como a Implantação de Infraestrutura e

Equipamentos de Apoio por intermédio do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), e Programa de Aquisição de Ônibus Convencionais, destinados ao Sistema de Transporte Público Municipal de Salvador via Caixa Econômica Federal (CEF), totalizando R\$ 1,5 bilhão.

OPERAÇÕES CONTRATADAS E OPERAÇÕES A CONTRATAR				
AGENTE FINANCEIRO	ANO DA ASSINATURA	VALOR (EM R\$ 1.000,00)		
		FINANCIAMENTO	CONTRAPARTIDA	TOTAL
1. OPERAÇÕES CONTRATADAS	—	3.208.355	822.312	4.030.667
1.1. BNDES/PMAT 1	2015	50.880	18.282	69.162
1.2. CAIXA/BRT/PRÓ-TRANSPORTE/FGTS	2016	300.000	386.194	686.194
1.3. CAIXA/BRT/CEPAC/CONTRAPARTIDA	2016	108.000	—	108.000
1.4. BID/ PRODETUR	2017	254.228	90.324	344.552
1.5. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/FINISA 1	2018	72.272	—	72.272
1.6. BID /PROJETO MANÉ DENDÊ	2018	326.788	244.143	570.931
1.7. BIRD - PROJETO SALVADOR SOCIAL (1ª FASE)	2018	605.163	—	605.163
1.8. CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO-CAF 1/ PROQUALI	2018	293.867	73.467	367.334
1.9. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-BID / PNAFM III	2019	35.000	3.889	38.889
1.10. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/FINISA 2	2019	102.877	—	102.877
1.11. BIRD - PROJETO SALVADOR SOCIAL (2ª FASE)	2021	605.163	—	605.163
1.12. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/FINISA 3	2022	100.000	—	100.000
1.13. BNDES/PMAT 2	2022	54.119	6.013	60.132
1.14. SANTANDER / INFRAESTRUTURA	2023	300.000	—	300.000
2. OPERAÇÕES A CONTRATAR	—	1.457.151	326.788	1.783.939
2.1. CAF 2/ SALVADOR INCLUSIVA	—	605.163	151.291	756.453
2.2. BID/ SALVADOR CAPITAL AFRO	—	338.891	84.723	423.614
2.3. BIRD/ BIRD - SALVADOR ELÉTRICA	—	363.098	90.774	453.872
2.4. CAIXA / ÔNIBUS CONVENCIONAIS	—	150.000	—	150.000
TOTAL		4.665.506	1.149.100	5.814.606

Nota: Considerado o valor do dólar americano de R\$ 4,8413 - ptax 50, venda - em 29.12.2023 - Banco Central
Fonte: Casa Civil da Prefeitura Municipal de Salvador (2023)



A partir de 2013, após grandes esforços na implementação do ajuste fiscal e elaboração do planejamento estratégico para a cidade, teve início um período de grandes investimentos, já incorporando novos conceitos, tais como: sustentabilidade, resiliência, aspectos climáticos e inclusão social nas suas variadas vertentes, propiciando melhorias significativas na qualidade de vida e na geração de renda dos soteropolitanos.

Os investimentos foram destinados à requalificação das vias públicas com implantação de redes de infraestrutura urbana para distribuição de serviços públicos pelo subsolo, implantação do sistema BRT em pistas exclusivas integrado a vias expressas, conjunto de viadutos, pontilhões, trincheiras,

destravando o trânsito dos principais eixos viários da cidade. Os projetos das áreas específicas têm impulsionado a economia como no *trade* turístico com investimentos na Orla Atlântica e Baía de Todos-os-Santos, além de equipamentos, tais como, museus, fortes e outros, destinados ao entretenimento. A área social foi contemplada com investimentos nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Municipal, garantindo proteção dos bens, serviços e instalações da administração municipal, além de prevenir a violência contra o cidadão. Na gestão pública, foi promovido um salto qualitativo com a implantação de novos sistemas, automatização de rotinas e inauguração de uma nova fase na vida dos cidadãos com a inclusão digital da cidade.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
PROJETO	OBJETIVOS
BNDES/PMAT I	Modernização da gestão fiscal através da racionalização de processos, desenvolvimento de sistemas, capacitação de pessoal, implantação do Cadastro Multifinalitário, incluindo serviços de cartografia digital, criação de base de endereçamento fiscal e aplicação geográfica Web customizada para o cadastro multifinalitário, modernização do processo de licenciamento e fiscalização de publicidade e empreendimentos, desenvolvimento de Sistema de Gestão de Pessoas, além de plataformas de relacionamento com o cidadão.
CAIXA/ PRÓ-TRANSPORTE/CPAC	Projetos de mobilidade urbana, como o BRT, implantação de vias expressas, estações de transbordo, viadutos, ciclovias, passarelas, nova iluminação pública e novo paisagismo nas principais artérias viárias.
BID/PRODETUR	Requalificação de pontos turísticos como os Fortes Santa Maria e São Diogo, Mercado de São Miguel, Orla Atlântica, incluindo Stella Maris/ Ipitanga, Itapuã/ Barra/Ondina, Avenida Sete de Setembro/Praça Castro Alves, desenvolvimento de novos produtos turísticos étnico-afro-brasileiros; ações na área ambiental além de segurança e sinalização turística; implantação de Museu Casa da História do Salvador e Arquivo Público Municipal.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
PROJETO	OBJETIVOS
CAIXA/FINISA I	Construção do Hospital Municipal de Salvador, Unidades de Saúde e requalificação de espaços públicos do Centro Histórico (Terreiro de Jesus, Rua Miguel Calmon e Praça Marechal Deodoro). Essa operação foi encerrada no mês de agosto de 2020.
BID/MANÉ DENDÊ	Requalificação da infraestrutura urbana no Subúrbio Ferroviário, incluindo macro e microdrenagem, contenção de encostas, vias modernas com dutos subterrâneos de redes elétricas e telefônicas, iluminação pública, ciclovias, paisagismo e equipamentos urbanos; projeto habitacional; ações culturais, ações ambientais a exemplo de caixas coletoras subterrâneas/semi-subterrâneas para resíduo sólido, ecopontos e pontos verdes, galpão de triagem, plano de manejo ambiental, programa de capacitação e assistência técnica às cooperativas, além de planos de Comunicação e Educação Ambiental.
BIRD/SALVADOR SOCIAL I	Ampliação da prestação de serviços na área social através de melhorias no Sistema de Saúde, construção e implantação de novas Unidades de Saúde da Família e Saúde Especializada, na qualidade da Educação com construção de Centros Municipais de Educação Infantil e Desenvolvimento de Políticas de Educação Integral, na efetividade da proteção social com o Programa de Primeiro Passo, representando ações de Assistência Social para a Primeira Infância e reforma de Equipamentos Socioassistenciais (CRAS).
CAF/PROQUALI	Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia, dotando a cidade de rede de infovia, plataforma de governança integrada, possibilitando uma conectividade de alta qualidade com as unidades de Saúde, Educação, entre outros, viabilizando a implantação de diversos programas e serviços a exemplo de videomonitoramento, elaboração do Plano Municipal de Saneamento e requalificação de espaços e equipamentos urbanos.
CAIXA/PNAFM III	Desenvolvimento do Sistema de Administração Tributária, atualização cadastral, gestão tributária e da dívida, soluções de Inteligência Fiscal, além do Sistema Público de Escrituração Digital Valor de Base.
CAIXA/FINISA II	Implantação de ações de infraestrutura viária, como a construção da ponte sobre o rio Camarajipe, da trincheira na Avenida Magalhães Neto e duas vias - Obra de Infraestrutura na Rua Local 2 - Pau da Lima e Requalificação Viária do Acesso a Estação Bom Juá. Na área de Saneamento, contemplou as obras de macrodrenagem do rio Paraguari e a regularização do seu reservatório, concluídas em novembro de 2022.
BIRD/SALVADOR SOCIAL II	Aumentar a eficiência da prestação de serviços sociais, fortalecendo a integração e coordenação multisetoriais da gestão, expansão do Cadastro Único, aumentando a cobertura dos grupos vulneráveis, melhoria da capacidade institucional para o atendimento; melhoria dos serviços de Saúde, vigilância em Saúde e Gestão Clínica com construção e implantação de novas Unidades de Saúde da Família e Saúde Especializada, na qualidade da Educação, com a implantação de estratégias para reduzir a distorção idade-série da Rede Municipal, redução do fluxo de alunos acima da idade, reestruturação e expansão das escolas de Ensino Fundamental e reforço nas ações multissetoriais.
CAIXA/FINISA III	Implantação de ações de infraestrutura viária, como a construção Viaduto do Detran/Avenida ACM/Rótula do Abacaxi/Intervenção H, Obras Viárias na Rótula do Abacaxi e Subúrbio Ferroviário/Terminal Rodoviário.
BNDES/PMAT II	Ampliação das ações de modernização da Gestão Fiscal, implementando o Cadastro Mobiliário e Imobiliário Multifinalitário, Gestão e Controle de Processos e Documentos, Atendimento ao Cidadão/Contribuinte, Administração Tributária e/ou Financeira, Modernização do Ambiente e Infraestrutura da Sefaz, Gestão por Competência, Desenvolvimento Urbano: Licenciamento Unificado Digital, Integração do Sistema Digital de Alvará, Alvará de Habite-se Digital, Interligação do Habite-Se, da Sedur e Sefaz, Módulo de <i>Business Intelligence</i> ; na PGMS: Modernização do Ambiente e Estrutura, Gestão e Controle de Processos e de Documentos, PGMS Digital e Gestão por Competência.
SANTANDER/ INFRAESTRUTURA	Obras e demais projetos de Mobilidade Urbana, projetos de Infraestrutura Urbana, abrangendo galerias de águas pluviais, drenagem, saneamento básico, pavimentação, habitação, equipamentos esportivos e culturais.

Fonte: Casa Civil da Prefeitura Municipal de Salvador (2023)



Convênios e contratos de repasse com a União

Na prospecção de fontes de financiamento e na articulação entre as secretarias municipais, Câmara Federal e ministérios, foram captados, no ano, o montante de R\$ 37,5 milhões oriundos de emendas parlamentares e transferências voluntárias a fundo perdido junto à União. Esses recursos foram direcionados à realização de projetos nas áreas de Mobilidade, Infraestrutura Urbana, Esportes, Cultura, Saúde e Assistência Social com foco na melhoria da qualidade de vida da população da cidade.

Em 2023, foi realizado o monitoramento de 26 Contratos de Repasse e 17 Convênios com a União, auxiliando as unidades no atendimento das demandas da documentação requerida para cláusulas suspensivas, emissão de licenças, declarações, dotações orçamentárias, suporte na utilização da Plataforma Transferegov, entre outras atividades com o objetivo de agilizar o cumprimento das diligências e realizar melhores práticas de gestão.

PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DE SALVADOR (PROQUALI)

O Proquali teve o seu contrato de empréstimo assinado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe em dezembro de 2018, no valor de US\$ 75.875.000, com contrapartida de 20% da Prefeitura Municipal de Salvador. Até 2023, foram investidos US\$ 50,9 milhões, correspondentes a US\$ 38,2 milhões da fonte do financiamento e US\$ 12,7 milhões de contrapartida do município.

No componente de Saneamento Básico, com obras e ações voltadas à requalificação ambiental através do saneamento urbano, o programa financiou a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico Integrado (PMSBI), cujo contrato foi assinado pela Seinfra com o CSB Consórcio Ltda, constituído por Concremat Engenharia e Tecnologia S/A, Saneando Projetos de Engenharia e Consultoria Ltda. e BrenCorp – Consultoria em

Meio Ambiente Ltda, no valor atualizado de R\$ 5,5 milhões. A elaboração do PMSBI foi concluída em julho de 2023, quando houve um desembolso de R\$ 1,6 milhão. Para dar suporte na execução do PMSBI, foi contratada uma consultoria de apoio técnico para análise dos produtos elaborados pelo CSB Consórcio, cujos serviços foram concluídos em 2023, com desembolso de R\$ 400,5 mil.

O componente de Requalificação Urbana, com ações voltadas às melhorias no espaço urbano e à recuperação do patrimônio arquitetônico, é composto por projetos como o Complexo Cidade da Música, composto pelo Museu Cidade da Música da Bahia, e dois edifícios anexos: a Casa dos Espetáculos e a Escola de Arte e Tecnologia.

No componente Gestão Digital de Informações Municipais, a execução da Infovia foi contratada com o Consórcio Infovia Salvador, constituído pela TeleData e Comdados, no valor de R\$ 109,2 milhões em 2022. Em 2023, foi realizado um desembolso de R\$ 10,5 milhões, representando um avanço de 78% no valor total do contrato para implantação das fibras ópticas.

Em 2023, foi realizada a VI Missão de Seguimento da CAF de forma virtual em junho, e, em dezembro, ocorreu a VII Missão do Proquali, de forma presencial, com visitas às obras da 2ª etapa do Complexo Cidade da Música, à COGEL, ao *Network Operation Center* (NOC) e ao *Security Center* (SOC) da Infovia. Esta missão teve o objetivo de atualizar o cronograma de execução do programa, verificar o cumprimento das condições contratuais, avaliar a previsão dos próximos desembolsos, entre outras.

PROJETO SALVADOR SOCIAL

O projeto objetiva melhorar a prestação de serviços sociais em Salvador com ênfase em melhorias na eficiência do Sistema de Saúde, na qualidade da Educação e na efetividade da Proteção Social. Durante o ano, o município enfrentou desafios. Na área da saúde, houve aumento de demandas de Serviços de Apoio Diagnóstico Terapêutico (SADT), reprimidas na área ambulatorial. Na Educação, ocorreu uma busca represada por vagas, originária da baixa adesão dos alunos no retorno presencial às salas de aula em 2021, e aumento da procura por vagas

nas escolas da Rede Pública Municipal, decorrente da migração de alunos da rede privada em 2022.

Melhoria na saúde

No âmbito do projeto, a SMS deu continuidade ao esquema de vacinação da Covid-19, ofertando 4ª dose e, à medida que a vacinação avançou, as taxas de internações e mortes decorrentes das complicações reduziram. Na Sempre, a estratégia de descentralização na oferta dos serviços socio-assistenciais à população em situação de vulnerabilidade social e as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Saúde do Trabalhador foram mantidas.

Em 2023, foi dada continuidade à expansão da Rede Assistencial do município com a construção de três novas Unidades de Saúde da Família: USF Nova Sussuarana I, USF Nova Sussuarana II e USF São Marcos II, possibilitado ao município atingir a cobertura de Atenção Básica de 57,3%, contando com 377 equipes de Saúde da Família distribuídas em 113 USF e 47 Unidades Básicas de Saúde.

No período, verificou-se o alcance de 81,22% de proporção de SADT ofertados pelos Multicentros de Saúde. Com o arrefecimento da pandemia e diminuição das medidas restritivas, houve um aumento considerável de demandas reprimidas no cenário ambulatorial. Com intuito de minorar essa situação, a SMS estabeleceu uma janela de contratação excepcional para procedimentos específicos ambulatoriais e hospitalares eletivos. Essa ação contribuiu para controlar os procedimentos, principalmente, sob perfil 'Regulado', seja devido a dificuldades decorrentes da pandemia da Covid-19, seja por algumas questões operacionais, como a desatualização do contato do paciente. Para ajudar a entender esse dimensionamento, dos 13.426 usuários captados da fila de espera do Sistema Vida+, 76,52% foram excluídos (contato inválido, não atende ao telefone, demanda já atendida, não tem mais interesse). Foram levantados requisitos e realizadas homologações de funcionalidades para melhorar a utilização do Prontuário Eletrônico.

Melhoria na educação

As ações implementadas pela Secretaria Municipal de Educação objetivaram melhorar a qualidade da Rede da Educação Infantil e do Ensino

Fundamental. Ao longo do ano, foram executados projetos como a Regularização de Fluxo, Educação Digital, Atendimento Educacional Especializado – Educação Inclusiva, EJA Profissionalizante, Sistema de Integração Educacional e Letramento Digital.

Salvador alcançou o resultado de 54% de escolas com participação igual ou maior que 80% de alunos no Prosa, evidenciando um avanço expressivo considerando o resultado de 2021, porém ainda distante do índice de normalidade da rede. Quanto ao Sistema de Monitoramento e Avaliação da Qualidade da Oferta de Educação infantil, através do Indique/Salvador, está em andamento consultoria contratada para implementação da sistemática da Avaliação Formativa para alunos e professores.

Melhoria na proteção social

Em 2023 foi inaugurado o CRAS Valéria, o primeiro dos equipamentos modelo que a prefeitura irá implantar nos próximos anos. A requalificação contribuiu para a melhoria dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade social, uma vez que ampliou a acessibilidade, a visibilidade dos equipamentos e a capilaridade de atuação dos CRAS na comunidade.



PLANO ESTRATÉGICO

Uma das características de um plano estratégico é a sua flexibilidade para se ajustar às mudanças de cenários ao longo da sua implementação. Por ter sido elaborado em 2021, em um cenário de incertezas em função da pandemia do Covid-19, foi fixado o ano de 2023 para a sua revisão.

O trabalho foi iniciado em janeiro, com reuniões preliminares com os órgãos e entidades municipais, onde foram avaliados cenários e os níveis de desafio anteriormente propostos, além de identificadas oportunidades de melhorias nos projetos elaborados e ajustes nos Marcos de Entrega estabelecidos. Também foi garantido o suporte técnico para elaboração de metas e projetos da SalvadorPar, entidade criada após a elaboração do Plano Estratégico de Salvador. Com base no conteúdo produzido, foram repactuados metas e marcos de entrega.

Durante o ano, a Casa Civil garantiu o acompanhamento sistemático do Plano Estratégico de Salvador, realizando avaliações e produzindo relatórios mensais da sua implementação.

Sistema de Gestão do Plano Estratégico (SGPE)

Com o objetivo de aperfeiçoar o monitoramento da execução do Plano Estratégico e disponibilizar informações confiáveis de forma tempestiva, a Casa Civil deu continuidade ao processo de elaboração do Sistema de Gestão do Plano Estratégico (SGPE) em parceria com a Semit. Foram revisados os Módulos de Cadastro e de Acompanhamento, além de iniciado o processo de validação do Módulo de *Business Intelligence*. O SGPE foi colocado em uso, lançado um guia prático e realizada a capacitação de dirigentes, pontos focais e responsáveis pelos projetos estratégicos.

Compatibilização com as peças orçamentárias

Para garantia da implementação do Plano Estratégico, é de fundamental importância que os recursos previstos para a efetivação das entregas estejam devidamente contemplados nas peças orçamentárias da administração municipal.

Assim, durante o ano, a Casa Civil manteve o alinhamento das prioridades a serem estabelecidas na LDO/2024 e para previsão, no Orçamento 2024, das entregas do Plano Estratégico, bem como para a garantia dos recursos previstos para o Plano Estratégico durante a execução orçamentária em 2023.

Comunicação e acompanhamento de obras

Durante o ano, foi realizado o monitoramento contínuo do *site* do Planejamento Estratégico, encaminhando as providências para o seu perfeito funcionamento. Com a revisão do plano, a Casa Civil articulou com a Semit a reestruturação do *site*, de forma a permitir a divulgação dos itens revisados. Foram elaborados textos explicativos e realizada a organização do conteúdo e das estatísticas.

As principais obras que compõem o Plano Estratégico Municipal 2021-2024, são acompanhadas *in loco* pela Casa Civil com o objetivo de garantir o cumprimento do cronograma previsto, atenuando e/ou exaurindo possíveis gargalos através da interlocução com os órgãos e/ou concessionárias envolvidas.

Gratificação de Incentivo à Produtividade e Qualidade (GIPQ)

Em continuidade ao apoio técnico prestado à Comissão de Análise de Resultados (CAR), responsável pela aprovação de metas e avaliação de resultados para efeito de concessão da Gratificação de Incentivo à

Produtividade e Qualidade (GIPQ), foram analisados pela Casa Civil os Quadros de Metas para 2023 da Transalvador, Semob, Sucop, Seman e Sedur, checando a sua adequação técnica e aderência ao Plano Estratégico Municipal. Também foram objeto de análise as alterações desses quadros solicitadas durante o período, subsidiando a CAR nas discussões realizadas nas reuniões promovidas ao longo do ano. Ao final de cada semestre, foram avaliados os Relatórios de Cumprimento de Metas apresentados pelos órgãos e entidades que fazem jus à GIPQ, além dos diversos recursos e diligências necessárias às deliberações.

SALÃO NÁUTICO GRAND PAVOIS

Em 2023, foi realizado o Salão Náutico Salvador Grand Pavois, sendo a primeira vez, em 50 anos, que ocorreu no continente americano e a terceira vez fora de La Rochelle, na França. O evento, promovido pela prefeitura, através da Casa Civil, em parceria com a Semdec, Semop, Seman, Secom, Secis, Semge, Limpurb, Transalvador e Guarda Municipal, gerou negócios da ordem de R\$ 70 milhões e atraiu 5.300 visitantes entre brasileiros e estrangeiros.

No espaço de quatro mil m², além da exposição de 60 embarcações e de equipamentos, foi disponibilizado material sobre arqueologia subaquática, trilhas interpretativas, com histórias da Baía de Todos os Santos, destinos com potencial turístico e gastronomia. A programação contou com pavilhões com temas do setor, palestras e fóruns.

AGÊNCIA REGULADORA E FISCALIZADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SALVADOR – ARSAL

A Arsal é responsável por regular, controlar e fiscalizar os serviços de transporte coletivo urbano, saneamento básico com foco em manejo de resíduos sólidos, mobiliário urbano e concessão de áreas públicas para instalação e exploração de engenhos publicitários, tipo outdoor.

TRANSPORTES COLETIVO URBANO (STCO)

Na área de transporte coletivo urbano, a Arsal exerce suas atribuições de regulação econômico-financeira nos contratos de concessão do STCO, conforme regulamentado pelo Decreto nº 25.937/2015.

Dentre as suas principais atividades de regulação, estão: a gestão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, a realização e homologação de cálculo de reajustes e revisões ordinárias e extraordinárias de tarifas, o acompanhamento e análise das demonstrações contábeis e dos dados operacionais das concessionárias e outras ações correlatas.

As etapas que compõem o estudo, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), foram acompanhadas pela Arsal e deliberadas com os entes envolvidos no processo: a Semob na condição de poder concedente, as concessionárias Ótima e Plataforma e a Associação Integra, além da assessoria jurídica da PGMS.



LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Durante o ano, a Arsal passou a ter uma maior participação na regulação do aterro sanitário e estação de transbordo – Concessão 001/1999, Semop/Limpurb. A Arsal foi inscrita junto à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) como entidade reguladora de serviços de resíduos sólidos no município e realizou visitas técnicas ao Aterro Municipal Centro (AMC). Entre as atividades desenvolvidas durante o ano está ainda a participação nos processos de elaboração, discussão, análise e reuniões com as comunidades e a sociedade organizada do Plano Municipal de Saneamento Básico Integrado (PMSBI).

MOBILIÁRIO URBANO

Em 2023 foi assinado o contrato de concessão com outorga onerosa de serviço público pelo prazo de 20 anos para a elaboração de projeto, confecção, fornecimento, instalação e manutenção de itens de mobiliário urbano com o Consórcio Eletromídia – Shempo, vencedor dos lotes I e II – Sistema de Informações e Limpeza Urbana e de Sistema de Transporte, respectivamente.

O primeiro lote consiste em fornecer, instalar e manter 200 relógios urbanos, dos quais 82 já se encontram instalados, implantar 50 painéis de mensagens variáveis, 25 conjuntos diretórios e três mil coletores de lixo. Já o lote II refere-se à substituição de 836 abrigos para passageiros de ônibus existentes por novos, instalação de 200 abrigos para passageiros de táxi e de 500 bicicletários.

OUVIDORIA

A Ouvidoria acompanha os relatórios de reclamações dos usuários, enviados semanalmente pelo SAU/Integra e analisa os relatórios semestrais da pesquisa de Satisfação do Usuário de Transporte Coletivo por Ônibus em Salvador realizada pela empresa P&A – Pesquisa e Análise, observando os resultados finais, de acordo com a opinião dos usuários.



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ

A Sefaz tem como atribuições a administração e a fiscalização tributária, a programação e a administração financeira, patrimonial e das dívidas e haveres do município, a arrecadação, o pagamento e a guarda de valores, bem como a administração dos serviços de contabilidade e de auditoria e o julgamento de processos fiscais e financeiros.

EQUILÍBRIO DE CONTAS

A atuação dessa área visa garantir o equilíbrio das contas públicas do município, de modo que a prefeitura possa implementar os programas e atividades demandados pela coletividade. Neste sentido, suas ações têm o objetivo de tornar Salvador compatível com o seu potencial de arrecadação e de captação de recursos, controlando a dívida, buscando maior qualidade do gasto público e garantindo total transparência na sua aplicação.

GESTÃO FISCAL

O compromisso com o equilíbrio fiscal é a regra de ouro da gestão das finanças públicas de Salvador, adotada pela administração municipal desde 2013. Como resultado, já em 2014, Salvador, que ocupava em 2012 a 23ª posição entre as 26 capitais estaduais do Brasil no ranking do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), passou a integrar o grupo das cinco melhores capitais, dele não mais saindo desde então. A partir de 2017, o município ficou posição entre as duas primeiras colocações, assumindo o posto de melhor gestão fiscal das capitais do Brasil em 2018, 2020 e em 2022.

A manutenção desse compromisso com o equilíbrio fiscal levou a cidade a obter autonomia financeira, representada pela predominância das Receitas

Próprias nas finanças totais do município. A conquista dessa autonomia permitiu a Salvador ampliar e qualificar seus serviços públicos, cumprir de forma plena e tempestiva todas as suas obrigações financeiras com os seus servidores e fornecedores e antecipar, mediante a execução de operações crédito, os investimentos em infraestrutura urbana e social.

Para alcançar esse resultado, foi necessário enfrentar uma série de dificuldades. A primeira delas foi evitar a expansão dos gastos sociais e urbanísticos. A segunda foi a desordem fiscal e administrativa que, entre outras restrições, impedia o acesso a recursos de empréstimos externos internos. As duas primeiras foram vencidas pela gestão municipal com o equilíbrio de contas e o saneamento das finanças públicas. A terceira dificuldade enfrentada foi a ambiência econômica em vários anos, que incluiu a recessão econômica no período de 2014 a 2016 e a pandemia da Covid-19 em 2020.

Em 2021, a economia do Brasil havia retrocedido oito anos e retornado à dimensão de 2013. Na Bahia, em 2021, equiparou-se à economia de 2010 e, em 2022, à de 2011, ficando abaixo das de 2012, 2013, 2014 e mesmo da de 2015, ainda que tenha ultrapassado a de 2019, superando, com isto, as perdas decorrentes da pandemia no estado. Igualmente, a economia de Salvador não foi poupada. De acordo com a variação do Índice de Dinâmica Econômica Municipal



(Idem), indicador da taxa de crescimento das atividades produtivas calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a economia de Salvador retornou, em 2020, à dimensão que possuía em 2010-2011, mantendo-se nesse nível em 2021 e 2022, apesar do crescimento de 2,5% e 5% que teve sequencialmente nesses dois anos. Ainda assim, em 2022, ela ficou 2,7% aquém da superação das perdas da pandemia.

A trajetória de retomada da atividade econômica de 2021 e 2022 continuou em 2023, projetando-se um crescimento nas proximidades de 3% para o PIB do Brasil e em torno de 0,5% a 1% para o da Bahia, com isto, restando definitivamente sacramentada a recuperação das perdas da economia em 2020 nas esferas nacional e estadual. Para o dinamismo econômico de Salvador no ano, estima-se um crescimento de 4%.

Contingenciamento Orçamentário

Com o objetivo de assegurar a necessária subordinação da execução das despesas à efetiva disponibilidade das receitas, foi mantida a prática já testada e aprovada nos últimos anos, de, na abertura do exercício, instituir-se o Contingenciamento Orçamentário por unidade, por fonte de recursos e por grupo de despesa.

Nesse contexto, a execução orçamentária do exercício de 2023 foi iniciada já com R\$ 3,240 bilhões, montante equivalente a 31,50% do orçamento total, contingenciados. Esse valor foi distribuído entre as diversas fontes com potencial de frustração, sendo 29,95% aplicados à Fonte Tesouro. As demais fontes também foram contingenciadas, somando o montante de R\$ 2,270 bilhão, o que equivale a 70,05% do total contingenciado.

Mesmo com o contingenciamento efetuado, a administração preservou o orçamento suficiente para a realização de todas as despesas de caráter obrigatório para ressaltar as ações prioritárias para o desenvolvimento da educação, saúde e o investimento urbano.

Durante o ano, a projeção de receita foi acompanhada e, a cada sinalização de excesso de arrecadação, foi possível a liberação de mais cotas orçamentárias para execução de ações e serviços públicos. O contin-

genciamento, até o encerramento de 2023, importou em R\$ 1,081 bilhão, representando 10,51% do total da Lei Orçamentária Anual (LOA).

RECEITA MUNICIPAL

Evolução da Receita por Origem: Receitas Próprias e de Transferências

Em 2023, a Receita Total do Município somou R\$ 10,515 bilhões, sendo composta por 53,7%, ou R\$ 5,647 bilhões, de Receitas Próprias; 42,5%, ou R\$ 4,472 bilhões, de Receitas de Transferências; e 3,8%, ou R\$ 396 milhões, de Receitas Intraorçamentárias. Em valores reais, medidos pela variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) a preços de novembro, a Receita Total do ano cresceu 4,1% sobre o montante arrecadado em 2022 e 17% sobre 2019, expandindo a tendência de crescimento, retomada em 2022 e consolidando definitivamente a superação das perdas de receita provocadas pela pandemia em 2020 e 2021.

As Receitas Próprias de Salvador, quais sejam as receitas arrecadadas diretamente pelo Município, exibiram, no ano, um crescimento real de 6,5% sobre o montante correspondente de 2022 e de 19,3% sobre 2019. Isso demonstra que, em relação às Receitas Próprias, as perdas motivadas pela pandemia foram superadas em 2023 com um avanço real de quase um quinto da situação de 2019, o ano de referência pré-pandemia. Adicionalmente, cumpre destacar que, incluídas as Receitas Intraorçamentárias, que, intrinsecamente, fazem parte das Receitas Próprias, já que são geradas internamente no próprio âmbito da administração municipal. De fato, as Receitas Próprias de Salvador somaram R\$ 6,043 bilhões em 2023, compondo, portanto, um percentual de 57,5% da Receita Total.

Receitas por Origem: Próprias e de Transferências

As Receitas de Transferências, formadas por valores arrecadados pelas outras duas instâncias federativas de governo (União e o Estado da Bahia) e repassadas ao Município, sobretudo por impositivo constitucional, registraram, em 2023, o total de R\$ 4,472 bilhões, distribuídos entre Transferências

Governmentais Obrigatórias, que, computadas as deduções de transferências, somaram R\$ 4,348 bilhões, ou seja, 97,2% das transferências totais, Transferências Governamentais Voluntárias, que somaram R\$ 115 milhões ou 2,6% das transferências totais, e Outras Transferências, que somaram R\$

8 milhões ou 0,2% das transferências totais. As Receitas de Transferências registraram um crescimento real de 1,4% em 2023 sobre 2022, refletindo a virtual estabilidade em valores reais dos repasses da União e a queda de 4,4% dos repasses do Estado da Bahia para Salvador.

RECEITAS POR ORIGEM: PRÓPRIAS E DE TRANSFERÊNCIAS																									
ITEM DE RECEITA	VALOR NOMINAL (EM R\$ MIL)					INCREMENTO NOMINAL									INCREMENTO REAL*										
	2019	2020	2021	2022	2023	2020/2019	2021/2019	2022/2019	2023/2019	2021/2020	2022/2020	2023/2020	2022/2021	2023/2021	2023/2022	2020/2019	2021/2019	2022/2019	2023/2019	2021/2020	2022/2020	2023/2020	2022/2021	2023/2021	2023/2022
Receitas Próprias	3.714.970	3.793.463	4.010.343	5.071.090	5.647.538	2,1%	8,0%	36,5%	52,0%	5,7%	33,7%	48,9%	26,5%	40,8%	11,4%	-1,2%	-3,7%	11,9%	19,3%	-2,5%	13,3%	20,7%	16,2%	23,8%	6,5%
Receita Tributária	2.650.325	2.617.423	2.889.944	3.417.888	3.845.863	-1,2%	9,0%	29,0%	45,1%	10,4%	30,6%	46,9%	18,3%	33,1%	12,5%	-4,5%	-2,4%	5,8%	13,8%	2,1%	10,8%	19,1%	8,5%	16,7%	7,6%
Impostos	2.319.634	2.293.113	2.550.066	2.985.705	3.361.430	-1,1%	9,9%	28,7%	44,9%	11,2%	30,2%	46,6%	17,1%	31,8%	12,6%	-4,4%	-1,6%	5,6%	13,7%	3,0%	10,5%	18,9%	7,3%	15,5%	7,6%
ISS	1.153.114	1.082.367	1.233.177	1.465.630	1.640.392	-6,1%	6,9%	27,1%	42,3%	13,9%	35,4%	51,6%	18,8%	33,0%	11,9%	-9,1%	-4,6%	4,3%	11,6%	5,0%	14,7%	22,8%	9,3%	17,0%	7,1%
IPTU	733.871	746.996	824.481	906.155	1.016.519	1,8%	12,3%	23,5%	38,5%	10,4%	21,3%	36,1%	9,9%	23,3%	12,2%	-1,8%	1,3%	1,5%	8,6%	3,1%	3,3%	10,6%	0,2%	7,3%	7,1%
ITIV	180.764	211.645	245.904	262.950	277.762	17,1%	36,0%	45,5%	53,7%	16,2%	24,2%	31,2%	6,9%	13,0%	5,6%	13,1%	21,5%	19,4%	20,5%	7,5%	5,6%	6,6%	-1,7%	-0,8%	0,9%
IRRF	251.885	252.105	246.503	350.970	426.757	0,1%	-2,1%	39,3%	69,4%	-2,2%	39,2%	69,3%	42,4%	73,1%	21,6%	-3,1%	-12,6%	14,2%	32,9%	-9,8%	17,8%	37,2%	30,6%	52,1%	16,4%
Taxas	330.691	324.309	339.878	432.183	484.432	-1,9%	2,8%	30,7%	46,5%	4,8%	33,3%	49,4%	27,2%	42,5%	12,1%	-5,0%	-8,5%	7,2%	14,8%	-3,7%	12,8%	20,8%	17,1%	25,4%	7,1%
Receita de Contribuições	346.572	389.202	404.569	445.484	516.844	12,3%	16,7%	28,5%	49,1%	3,9%	14,5%	32,8%	10,1%	27,8%	16,0%	8,6%	4,2%	5,4%	17,0%	-4,0%	-2,9%	7,8%	1,1%	12,3%	11,0%
Receita Patrimonial	142.941	77.993	123.096	590.147	488.878	-45,4%	-13,9%	312,9%	242,0%	57,8%	656,7%	526,8%	379,4%	297,2%	-17,2%	-47,1%	-24,0%	237,3%	168,5%	43,6%	537,5%	407,4%	344,1%	253,4%	-20,4%
Receita Industrial	52	13	72	12	-	-76,2%	36,6%	-77,2%	-100,0%	473,4%	-4,1%	-100,0%	-83,3%	-100,0%	-100,0%	-76,9%	15%	-81,5%	-100,0%	400,5%	-19,9%	-100,0%	-84,0%	-100,0%	-100,0%
Receitas de Serviços	23.919	12.857	35.919	4.276	25.712	-46,2%	50,2%	-82,1%	7,5%	179,4%	-66,7%	100,0%	-88,1%	-28,4%	501,2%	-47,4%	35,4%	-85,4%	-14,3%	157,3%	-72,3%	62,8%	-89,2%	-36,7%	487,3%
Operações de Crédito	344.583	475.161	399.073	356.615	486.600	37,9%	15,8%	3,5%	41,2%	-16,0%	-24,9%	2,4%	-10,6%	21,9%	36,4%	34,5%	1,5%	-15,1%	10,8%	-24,6%	-36,9%	-17,6%	-16,3%	9,2%	30,5%
Alienação de Bens	53.491	6.000	2.118	6.285	2.162	-88,8%	-96,0%	-88,3%	-96,0%	-64,7%	4,7%	-64,0%	196,8%	2,1%	-65,6%	-89,1%	-96,6%	-90,4%	-96,9%	-68,4%	-11,4%	-71,2%	180,4%	-8,8%	-67,5%
Outras Receitas Próprias	153.087	214.816	155.551	250.382	281.480	40,3%	1,6%	63,6%	83,8%	-27,6%	16,6%	31,0%	61,0%	80,9%	12,4%	34,7%	-9,0%	33,9%	44,6%	-32,4%	-0,6%	7,3%	47,1%	58,9%	8,0%
Receitas de Transferências	3.005.644	3.550.616	3.662.738	4.213.913	4.471.990	18,1%	21,9%	40,2%	48,8%	3,2%	18,7%	25,9%	15,0%	22,1%	6,1%	14,5%	9,0%	15,1%	16,8%	-4,9%	0,5%	2,0%	5,7%	7,2%	1,4%
Governamentais Obrigatórias	3.295.798	3.827.392	4.073.908	4.647.978	4.853.523	16,1%	23,6%	41,0%	47,3%	6,4%	21,4%	26,8%	14,1%	19,1%	4,4%	12,5%	10,1%	15,4%	15,2%	-2,2%	2,6%	2,4%	4,8%	4,7%	-0,2%
Da União	1.836.302	2.391.838	2.312.349	2.769.551	2.911.888	30,3%	25,9%	50,8%	58,6%	-3,3%	15,8%	21,7%	19,8%	25,9%	5,1%	26,4%	12,8%	24,2%	24,8%	-10,8%	-1,8%	-1,3%	10,1%	10,7%	0,5%
Do Estado	1.034.169	988.186	1.180.755	1.218.085	1.217.737	-4,4%	14,2%	17,8%	17,8%	19,5%	23,3%	23,2%	3,2%	3,1%	0,0%	-7,5%	0,4%	-4,8%	-9,0%	8,5%	2,9%	-1,6%	-5,2%	-9,4%	-4,4%
Multigovernamentais	425.327	447.369	580.803	660.343	723.897	5,2%	36,6%	55,3%	70,2%	29,8%	47,6%	61,8%	13,7%	24,6%	9,6%	1,8%	22,0%	27,4%	33,6%	19,9%	25,2%	31,2%	4,5%	9,5%	4,8%
Deduções de Transferências	-363.392	-348.060	-432.367	-496.234	-504.965	-4,2%	19,0%	36,6%	39,0%	24,2%	42,6%	45,1%	14,8%	16,8%	1,8%	-7,3%	6,4%	12,1%	9,1%	14,7%	20,9%	17,7%	5,4%	2,6%	-2,7%
Governamentais Voluntárias	68.723	66.267	15.329	52.142	114.503	-3,6%	-77,7%	-24,1%	66,6%	-76,9%	-21,3%	72,8%	240,1%	647,0%	119,6%	-5,2%	-72,3%	-24,7%	57,3%	-70,8%	-20,6%	66,0%	172,1%	468,6%	109,0%
Da União	5.192	46.961	11.486	46.938	113.509	-9,6%	-77,9%	-9,6%	118,6%	-75,5%	-0,1%	141,7%	308,6%	888,2%	141,8%	-11,0%	-78,2%	-32,2%	55,9%	-75,6%	-23,9%	75,1%	211,6%	616,8%	130,0%
Do Estado	16.791	19.306	3.843	5.204	993	15,0%	-77,1%	-69,0%	-94,1%	-80,1%	-73,0%	-94,9%	35,4%	-74,2%	-80,9%	-	-	-	-	3,4%	30,7%	-75,9%	26,4%	-76,7%	-81,6%
Privadas e do Exterior	4.077	3.750	4.951	9.226	6.276	-8,0%	21,4%	126,3%	53,9%	32,0%	146,0%	67,4%	86,3%	26,8%	-32,0%	-14,3%	20,9%	109,9%	36,8%	41,1%	144,9%	59,6%	73,6%	13,1%	-34,8%
Outras Transferências	438	1.266	916	800	1.654	1,8%	1,0%	0,8%	2,7%	-27,6%	-36,8%	30,6%	-12,6%	80,5%	106,6%	175,1%	85,3%	50,3%	196,2%	-32,7%	-45,4%	7,6%	-18,9%	59,8%	97,1%
Total (sem Intraorçamentária)	6.720.614	7.344.079	7.673.080	9.285.003	10.119.528	9,3%	14,2%	38,2%	50,6%	4,5%	26,4%	37,8%	21,0%	31,9%	9,0%	5,8%	2,0%	13,4%	18,2%	-3,7%	7,1%	11,6%	11,2%	15,9%	4,2%
Receita Intraorçamentária	330.400	354.924	349.745	378.545	395.749	7,4%	5,9%	14,6%	19,8%	-1,5%	6,7%	11,5%	8,2%	13,2%	4,5%	3,8%	-5,5%	-6,0%	-5,9%	-9,0%	-9,5%	-9,4%	-0,5%	-0,4%	0,1%
Total (com Intraorçamentária)	7.051.014	7.699.003	8.022.825	9.663.548	10.515.276	9,2%	13,8%	37,1%	49,1%	4,2%	25,5%	36,6%	20,5%	31,1%	8,8%	5,7%	1,6%	12,5%	17,0%	-3,9%	6,4%	10,7%	10,7%	15,2%	4,1%

Valores nominais em R\$ mil. (*) Variação Mensal do IPCA/IBGE, a preços de novembro de 2023. - Fonte: SIGEF/BI/SEFAZ.

Autonomia Financeira

A relação entre as Receitas Próprias e as de Transferência constitui um indicador direto da autonomia financeira, sua capacidade de financiamento com recursos próprios, independente de transferências de recursos provenientes de outras esferas de governo.

Evolução das Receitas Orçamentárias: Corrente e de Capital

Em 2023, as Receitas Correntes de Salvador somaram R\$ 9,446 bilhões, correspondentes a 89,8% da Receita Total de R\$ 10,514 bilhões. As Receitas de Capital chegaram a R\$ 674 milhões, isto é, 6,4% da Receita Total, e as Receitas Intraorçamentárias atingiram R\$ 396 milhões, compondo os restantes 3,8% da Receita Total.

Receitas por Natureza Econômica: Correntes e de Capital

As Receitas Correntes, em 2023, cresceram 7,2% sobre as de 2022 e 50,8% sobre as de 2019 em valores nominais, o que significa 2,5% sobre 2022 e 18,3% sobre 2019 em valores atualizados pela variação mensal do IPCA/IBGE a preços de novembro de 2023, mantendo o ritmo de crescimento retomado em 2022.

As Receitas Correntes e as Receitas Tributárias somaram R\$ 3,846 bilhões, em 2023, crescendo nominalmente 12,5%, o que significa 7,6% em termos reais, sobre os valores de 2022. Em relação a 2019, último exercício antes da pandemia, as Receitas Tributárias de 2023 superaram a perda real de 4,5% incorrida em 2020, construindo um avanço real de 13,8%.

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), o principal componente das Receitas Tributárias, com participação de 42,6%, somou R\$ 1,640 bilhão, em 2023, crescendo 11,9% nominais, ou 7,1% em valores reais sobre o montante de 2022. Esse desempenho consolida a superação da perda na arrecadação em 2020 (-9,1%, em termos reais, sobre 2019), ultrapassando em 11,6% em valores reais o montante arrecadado em 2019.

O segundo maior componente das Receitas Tributárias, com participação de 26,4%, foi o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), que somou R\$ 1,017 bilhão, em 2023, um crescimento de 12,2% nominais, ou 7,1% em termos reais sobre 2022. O terceiro maior componente das Receitas Tributárias, com participação de 12,6%, foram as Taxas Municipais, que somaram R\$ 484 milhões em 2023, crescendo nominalmente 12,1%, ou seja, 7,1% em termos reais sobre 2022.

O quarto item das Receitas Tributárias, em ordem de montante arrecadado, com participação de 11,1%, foi o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IRRF), que alcançou R\$ 427 milhões, no ano, um crescimento de 21,6% nominais. Já o Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITIV) arrecadou R\$ 278 milhões, o que corresponde a 7,2% de participação nas Receitas Tributárias em 2023, um crescimento nominal de 5,6% ou 0,9% em valores reais sobre 2022.

No grupo das Transferências Correntes, a receita total, no ano, foi de R\$ 4,357 bilhões, com um crescimento nominal de 4,6% sobre 2022. As principais Receitas de Transferências Correntes em 2023 foram: a cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), no valor bruto de R\$ 1,461 bilhão, os repasses de R\$ 1,050 bilhão do Sistema Único de Saúde (SUS), a cota-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e

PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS E DE TRANSFERÊNCIAS NA RECEITA TOTAL

TIPO DE RECEITA	VALOR					PERCENTUAL					Média Anual 2013-2023
	2019	2020	2021	2022	2023	2019	2020	2021	2022	2023	
Receitas Próprias*	4.045	4.148	4.360	5.450	6.043	57,4%	53,9%	54,3%	56,4%	57,5%	56%
Receitas de Transferências	3.005	3.551	3.663	4.214	4.472	42,6%	46,1%	45,7%	43,6%	42,5%	44%
Receita Total	7.051	7.699	8.023	9.664	10.515	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Valores Nominais em R\$ milhão - (*) Inclui as receitas intraorçamentárias. Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ

Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), no valor bruto de R\$ 828 milhões, e a cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que atingiu R\$ 344 milhões em valores brutos.

As Receitas de Capital somaram R\$ 674 milhões, o que corresponde a 6,4% da Receita Total de Salvador em 2023. As Receitas de Operações de Crédito responderam por R\$ 487 milhões, ou 72,2%. As chamadas Outras Receitas de Capital, que incluem as receitas de depósitos judiciais, alcançaram R\$ 60 milhões ou 12,7% do total. Já as Receitas de Alienação de Bens representaram R\$ 2 milhões ou 0,3% do total, enquanto as Receitas de Transferências de Capital atingiram R\$ 115 milhões ou 17,1 % do total.

DESPESA MUNICIPAL

Evolução da Despesa

Em 2023, a Despesa Total registrou um montante de R\$ 10,934 bilhões, um crescimento de 10,2% a preços constantes em relação a 2022. Já as Despesas Correntes somaram R\$ 8,713 bilhões, as Despesas de Capital, R\$ 1,790 bilhão e as Despesas Intraorçamentárias, R\$ 431 milhões.

No ano, os Gastos com Pessoal atingiram R\$ 3,229 bilhões, valor correspondente a 37% do total das Despesas Correntes e que cresceu 12,8%

RECEITAS POR NATUREZA ECONÔMICA: CORRENTES E DE CAPITAL

COMPONENTE DA RECEITA	VALORES NOMINAIS (EM R\$ MIL)					INCREMENTO NOMINAL								INCREMENTO REAL*											
	2019	2020	2021	2022	2023	2020/2019	2021/2019	2022/2019	2023/2019	2021/2020	2022/2020	2023/2020	2022/2021	2023/2021	2023/2022	2020/2019	2021/2019	2022/2019	2023/2019	2021/2020	2022/2020	2023/2020	2022/2021	2023/2021	2023/2022
Receitas Correntes	6.265.298	6.711.008	7.237.216	8.812.994	9.445.892	7,1%	15,5%	40,7%	50,8%	7,8%	31,3%	40,8%	21,8%	30,5%	7,2%	3,7%	3,3%	15,4%	18,3%	-0,5%	11,3%	14,1%	11,8%	14,6%	2,5%
Receita Tributária	2.650.325	2.617.423	2.889.944	3.417.888	3.845.863	-1,2%	9,0%	29,0%	45,1%	10,4%	30,6%	46,9%	18,3%	33,1%	12,5%	-4,5%	-2,4%	5,8%	13,8%	2,1%	10,8%	19,1%	8,5%	16,7%	7,6%
Impostos	2.319.634	2.293.113	2.550.066	2.985.705	3.361.430	-1,1%	9,9%	28,7%	44,9%	11,2%	30,2%	46,6%	17,1%	31,8%	12,6%	-4,4%	-1,6%	5,6%	13,7%	3,0%	10,5%	18,9%	7,3%	15,5%	7,6%
ISS	1.153.114	1.082.367	1.233.177	1.465.630	1.640.392	-6,1%	6,9%	27,1%	42,3%	13,9%	35,4%	51,6%	18,8%	33,0%	11,9%	-9,1%	-4,6%	4,3%	11,6%	5,0%	14,7%	22,8%	9,3%	17,0%	7,1%
IP TU	733.871	746.996	824.481	906.155	1.016.519	1,8%	12,3%	23,5%	38,5%	10,4%	21,3%	36,1%	9,9%	23,3%	12,2%	-1,8%	1,3%	1,5%	8,6%	3,1%	3,3%	10,6%	0,2%	7,3%	7,1%
ITIV	180.764	211.645	245.904	262.950	277.762	17,1%	36,0%	45,5%	53,7%	16,2%	24,2%	31,2%	6,9%	13,0%	5,6%	13,1%	21,5%	19,4%	20,5%	7,5%	5,6%	6,6%	-1,7%	-0,8%	0,9%
IRRF	251.885	252.105	246.503	350.970	426.757	0,1%	-2,1%	39,3%	69,4%	-2,2%	39,2%	69,3%	42,4%	73,1%	21,6%	-3,1%	-12,6%	14,2%	32,9%	-9,8%	17,8%	37,2%	30,6%	52,1%	16,4%
Taxas	330.691	324.309	339.878	432.183	484.432	-1,9%	2,8%	30,7%	46,5%	4,8%	33,3%	49,4%	27,2%	42,5%	12,1%	-5,0%	-8,5%	7,2%	14,8%	-3,7%	12,8%	20,8%	17,1%	25,4%	7,1%
Receita de Contribuições	346.572	389.202	404.569	445.484	516.844	12,3%	16,7%	28,5%	49,1%	3,9%	14,5%	32,8%	10,1%	27,8%	16,0%	8,6%	4,2%	5,4%	17,0%	-4,0%	-2,9%	7,8%	1,1%	12,3%	11,0%
Receita Patrimonial	142.941	77.993	123.096	590.147	488.878	-45,4%	-13,9%	312,9%	242,0%	57,8%	656,7%	526,8%	379,4%	297,2%	-17,2%	-47,1%	-24,0%	237,3%	168,5%	43,6%	537,5%	407,4%	344,1%	253,4%	-20,4%
Receita de Serviços	23.919	12.857	35.919	4.276	25.712	-46,2%	50,2%	-82,1%	7,5%	179,4%	-66,7%	100,0%	-88,1%	-28,4%	501,2%	-47,4%	35,4%	-85,4%	-14,3%	157,3%	-72,3%	62,8%	-89,2%	-36,7%	487,3%
Receita Industrial	52	13	72	12	-	-76,2%	36,6%	-77,2%	-100,0%	473,4%	-4,1%	-100,0%	-83,3%	-100,0%	-100,0%	-76,9%	15,5%	-81,5%	-100,0%	400,5%	-19,9%	-100,0%	-84,0%	-100,0%	-100,0%
Transferências Correntes	2.948.402	3.498.108	3.649.514	4.164.844	4.357.107	18,6%	23,8%	41,3%	47,8%	4,3%	19,1%	24,6%	14,1%	19,4%	4,6%	15,0%	10,7%	16,0%	16,0%	-3,8%	0,8%	0,8%	4,8%	4,8%	0,0%
Da União	1.694.269	2.240.501	2.310.612	2.769.207	2.913.129	32,2%	36,4%	63,4%	71,9%	3,1%	23,6%	30,0%	19,8%	26,1%	5,2%	26,4%	12,8%	24,1%	24,9%	-10,7%	-1,8%	-1,2%	10,0%	10,7%	0,6%
Cota-parte do FPM	852.698	821.621	1.094.417	1.391.540	1.460.533	-3,6%	28,3%	63,2%	71,3%	33,2%	69,4%	77,8%	27,1%	33,5%	5,0%	-6,8%	14,7%	33,9%	34,5%	23,0%	43,6%	44,2%	16,8%	17,2%	0,4%
Recursos do SUS	727.028	994.431	943.912	986.906	1.049.973	36,8%	29,8%	35,7%	44,4%	-5,1%	-0,8%	5,6%	4,6%	11,2%	6,4%	32,7%	16,1%	11,4%	13,3%	-12,5%	-16,0%	-14,7%	-4,0%	-2,4%	1,6%
Convênios	251	-	702	-	1.241	-100%	180%	-	394%	-	-	-	-	76,7%	-	-	164%	-	288%	-	-	-	-	47,2%	-
Outras	114.292	424.450	271.580	390.761	401.382	271,4%	137,6%	241,9%	251,2%	-36,0%	-7,9%	-5,4%	43,9%	47,8%	2,7%	121,0%	-3,1%	27,8%	25,5%	-56,1%	-42,1%	-43,2%	31,9%	29,5%	-1,8%
Dos Estados	1.050.960	1.007.492	1.184.598	1.222.029	1.217.737	-4,1%	12,7%	16,3%	15,9%	17,6%	21,3%	20,9%	3,2%	2,8%	-0,4%	-7,2%	0,7%	-4,5%	-9,0%	8,5%	2,9%	-2,0%	-5,2%	-9,7%	-4,7%
Cota-parte do ICMS	792.574	737.145	897.361	905.342	828.085	-7,0%	13,2%	14,2%	4,5%	21,7%	22,8%	12,3%	0,9%	-7,7%	-8,5%	-10,0%	1,1%	-6,2%	-18,0%	12,3%	4,2%	-8,9%	-7,2%	-18,9%	-12,5%
Cota-parte do IPVA	231.823	242.242	245.040	292.381	343.527	4,5%	5,7%	26,1%	48,2%	1,2%	20,7%	41,8%	19,3%	40,2%	17,5%	1,5%	-5,1%	3,9%	16,6%	-6,5%	2,4%	14,9%	9,5%	22,9%	12,2%
Convênios	16.791	15.943	3.843	3.944	-	-5,1%	-77,1%	-76,5%	-100,0%	-75,9%	-75,3%	-100,0%	2,6%	-100,0%	-100,0%	-	-	-	-	3%	-1%	-100%	-4%	-100%	-100%
Outras	9.772	12.161	38.355	20.362	46.125	24,4%	292,5%	108,4%	372,0%	215,4%	67,4%	279,3%	-46,9%	20,3%	126,5%	-10,4%	29,7%	-37,1%	35,6%	44,8%	-29,7%	51,4%	-51,5%	4,6%	115,4%
Multigovernamentais	562.489	593.159	580.803	660.343	723.897	5,5%	3,3%	17,4%	28,7%	-2,1%	11,3%	22,0%	13,7%	24,6%	9,6%	1,8%	22,0%	27,4%	33,6%	19,9%	25,2%	31,2%	4,5%	9,5%	4,8%
Outras Transferências	4.077	5.016	5.867	9.500	6.310	23,0%	43,9%	133,0%	54,8%	17,0%	89,4%	25,8%	61,9%	7,5%	-33,6%	20,4%	27,9%	92,6%	22,5%	6,3%	60,0%	1,8%	50,5%	-4,2%	-36,4%
Outras Receitas Correntes	153.087	115.413	134.102	190.342	211.488	-24,6%	-12,4%	24,3%	38,1%	16,2%	64,9%	83,2%	41,9%	57,7%	11,1%	-27,0%	-21,7%	1,9%	8,7%	7,3%	39,6%	48,9%	30,1%	38,7%	6,6%

RECEITAS POR NATUREZA ECONÔMICA: CORRENTES E DE CAPITAL																									
COMPONENTE DA RECEITA	VALORES NOMINAIS (EM R\$ MIL)					INCREMENTO NOMINAL										INCREMENTO REAL*									
	2019	2020	2021	2022	2023	2020/2019	2021/2019	2022/2019	2023/2019	2021/2020	2022/2020	2023/2020	2022/2021	2023/2021	2023/2022	2020/2019	2021/2019	2022/2019	2023/2019	2021/2020	2022/2020	2023/2020	2022/2021	2023/2021	2023/2022
Indenizações e Restituições	29.414	13.781	30.160	34.663	54.006	-53,1%	2,5%	17,8%	83,6%	118,8%	151,5%	291,9%	14,9%	79,1%	55,8%	-55,0%	-8,4%	3,7%	45,1%	103,6%	130,5%	222,3%	13,2%	58,3%	39,8%
Dívida Ativa	8.741	9.556	5.035	6.203	5.713	9,3%	-42,4%	-29,0%	-34,6%	-47,3%	-35,1%	-40,2%	23,2%	13,4%	-7,9%	6,2%	-48,2%	-41,5%	-48,3%	-51,3%	-44,9%	-51,3%	13,0%	-0,1%	-11,6%
Multas e Juros	1.112	221	366	112	826	-80,2%	-67,0%	-89,9%	-25,6%	66,2%	-49,3%	274,7%	-69,5%	125,5%	638,7%	-80,2%	-75,9%	-80,7%	-42,0%	21,4%	-2,9%	192,3%	-20,0%	140,9%	201,1%
Receitas Diversas	113.820	91.856	98.540	146.992	150.901	-19,3%	-13,4%	29,1%	32,6%	7,3%	60,0%	64,3%	49,2%	53,1%	2,7%	-21,8%	-22,6%	5,6%	4,1%	-1,0%	35,0%	33,1%	36,3%	34,4%	-1,4%
Deduções da Receita Corrente	-363.392	-348.060	-432.367	-496.234	-504.965	-4,2%	19,0%	36,6%	39,0%	24,2%	42,6%	45,1%	14,8%	16,8%	1,8%	-7,3%	6,4%	12,1%	9,1%	14,7%	20,9%	17,7%	5,4%	2,6%	-2,7%
Receitas de Capital	454.878	633.071	435.864	472.009	673.636	39,2%	-4,2%	3,8%	48,1%	-31,2%	-25,4%	6,4%	8,3%	54,6%	42,7%	35,1%	-15,9%	-15,0%	16,1%	-37,8%	-37,0%	-14,0%	1,1%	38,1%	36,6%
Transferências de Capital	56.804	52.508	13.223	49.069	114.882	-7,6%	-76,7%	-13,6%	102,2%	-74,8%	-6,5%	118,8%	271,1%	768,8%	134,1%	-10,6%	-79,3%	-29,3%	58,5%	-76,9%	-21,0%	77,3%	241,7%	666,3%	124,3%
Operações de Crédito	344.583	475.161	399.073	356.615	486.600	37,9%	15,8%	3,5%	41,2%	-16,0%	-24,9%	2,4%	-10,6%	21,9%	36,4%	34,5%	1,5%	-15,1%	10,8%	-24,6%	-36,9%	-17,6%	-16,3%	9,2%	30,5%
Alienação de Bens	53.491	6.000	2.118	6.285	2.162	-88,8%	-96,0%	-88,3%	-96,0%	-64,7%	4,7%	-64,0%	196,8%	2,1%	-65,6%	-89,1%	-96,6%	-90,4%	-96,9%	-68,4%	-11,4%	-71,2%	180,4%	-8,8%	-67,5%
Outras Receitas de Capital	-	99.403	21.449	60.040	69.992	-	-	-	-	-78%	-40%	-30%	180%	226%	17%	-	-	-	-	-79,4%	-48,1%	-41,8%	152,1%	183,0%	12,3%
Total (sem Intraorçamentária)	6.720.176	7.344.079	7.673.080	9.285.003	10.119.528	9,3%	14,2%	38,2%	50,6%	4,5%	26,4%	37,8%	21,0%	31,9%	9,0%	5,8%	2,0%	13,4%	18,2%	-3,7%	7,1%	11,6%	11,2%	15,9%	4,2%
Receita Intraorçamentária	330.400	354.924	349.745	378.545	395.749	7,4%	5,9%	14,6%	19,8%	-1,5%	6,7%	11,5%	8,2%	13,2%	4,5%	3,8%	-5,5%	-6,0%	-5,9%	-9,0%	-9,5%	-9,4%	-0,5%	-0,4%	0,1%
Total (com Intraorçamentária)	7.050.576	7.699.003	8.022.825	9.663.548	10.515.276	9,2%	13,8%	37,1%	49,1%	4,2%	25,5%	36,6%	20,5%	31,1%	8,8%	5,8%	1,6%	12,5%	17,0%	-3,9%	6,3%	10,7%	10,7%	15,2%	4,1%

Valores nominais em R\$ mil. (*) Variação Mensal do IPCA/IBGE, a preços de novembro de 2023. - Fonte: SIGEF/BI/SEFAZ.

nominais e 3,6% em termos reais sobre 2022. Já os gastos com Juros e Encargos da Dívida atingiram R\$ 143 milhões, isto é, 1,6% do total, um aumento de 63,7% nominais e 50,4% reais sobre 2022. As chamadas Outras Despesas Correntes, que incluem gastos com contratação de serviços e com aquisição de material de consumo, somaram R\$ 5,341 bilhões (61,3% do total), crescendo 17,7% nominais e 8,2% em termos reais sobre 2022.

As Despesas Correntes exibiram um aumento real de 6,9% em 2023 sobre 2022, praticamente replicando (6,7% em termos reais) o crescimento experimentado em 2022 sobre 2021 em sequência à queda real de 5,3% em 2021 sobre 2020. Já as Despesas de Capital, em 2023, foram formadas por R\$ 1,471 em Investimentos, os quais constituíram 82% do total dessas despesas, R\$ 196 milhões em Amortização da Dívida (11% do total) e R\$ 123 milhões em Inversões Financeiras (7% do total).

EVOLUÇÃO ANUAL DA DESPESA																									
TIPO DA RECEITA	VALOR NOMINAL (EM R\$ MIL)					INCREMENTO NOMINAL										INCREMENTO REAL*									
	2019	2020	2021	2022	2023	2020/2019	2021/2019	2022/2019	2023/2019	2021/2020	2022/2020	2023/2020	2022/2021	2023/2021	2023/2022	2020/2019	2021/2019	2022/2019	2023/2019	2021/2020	2022/2020	2023/2020	2022/2021	2023/2021	2023/2022
Despesa Corrente	5.841.130	6.364.792	6.633.541	7.486.907	8.712.993	9,0%	13,6%	28,2%	49,2%	4,2%	17,6%	36,9%	12,9%	31,3%	16,4%	4,3%	-1,3%	5,3%	12,6%	-5,3%	1,0%	8,0%	6,7%	14,1%	6,9%
Gastos com Pessoal	2.625.190	2.689.970	2.676.280	2.863.229	3.228.777	2,5%	1,9%	9,1%	23,0%	-0,5%	6,4%	20,0%	7,0%	20,6%	12,8%	-2,0%	-11,4%	-10,4%	-7,1%	-9,6%	-8,6%	-5,3%	1,1%	4,8%	3,6%
Juros e Encargos da Dívida	32.432	24.964	54.098	87.627	143.456	-23,0%	66,8%	170,2%	342,3%	116,7%	251,0%	474,7%	62,0%	165,2%	63,7%	-26,4%	45,0%	122,0%	234,0%	96,9%	201,5%	353,5%	53,1%	130,3%	50,4%
Outras Despesas Correntes	3.183.508	3.649.859	3.903.163	4.536.050	5.340.760	14,6%	22,6%	42,5%	67,8%	6,9%	24,3%	46,3%	16,2%	36,8%	17,7%	9,7%	6,6%	17,1%	26,7%	-2,8%	6,7%	15,5%	9,9%	18,8%	8,2%

EVOLUÇÃO ANUAL DA DESPESA																									
TIPO DA RECEITA	VALOR NOMINAL (EM R\$ MIL)					INCREMENTO NOMINAL										INCREMENTO REAL*									
	2019	2020	2021	2022	2023	2020/2019	2021/2019	2022/2019	2023/2019	2021/2020	2022/2020	2023/2020	2022/2021	2023/2021	2023/2022	2020/2019	2021/2019	2022/2019	2023/2019	2021/2020	2022/2020	2023/2020	2022/2021	2023/2021	2023/2022
Despesa de Capital	802.133	946.328	678.471	1.250.901	1.789.840	18,0%	-15,4%	55,9%	123,1%	-28,3%	32,2%	89,1%	84,4%	163,8%	43,1%	12,9%	-26,5%	28,2%	68,5%	-34,9%	13,5%	49,2%	74,3%	129,1%	31,5%
Investimentos	658.733	735.928	500.683	1.076.240	1.470.941	11,7%	-24,0%	63,4%	123,3%	-32,0%	46,2%	99,9%	115,0%	193,8%	36,7%	6,9%	-33,9%	34,3%	68,6%	-38,2%	25,6%	57,7%	103,2%	155,2%	25,6%
Amortização da Dívida	143.400	153.900	118.239	69.369	196.003	7,3%	-17,5%	-51,6%	36,7%	-23,2%	-54,9%	27,4%	-41,3%	65,8%	182,6%	2,7%	-28,3%	-60,2%	3,2%	-30,2%	-61,3%	0,5%	-44,5%	44,0%	159,6%
Inversões Financeiras	-	56.500	59.550	105.293	122.896	-	-	-	-	5,4%	86,4%	117,5%	76,8%	106,4%	16,7%	-	-	-	-	-4,2%	60,1%	71,6%	67,1%	79,2%	7,2%
Despesa Total (Exce- to Intraorçamentária)	6.643.263	7.311.120	7.312.012	8.737.808	10.502.833	10,1%	10,1%	31,5%	58,1%	0,0%	19,5%	43,7%	19,5%	43,6%	20,2%	5,3%	-4,3%	8,1%	19,4%	-9,1%	2,7%	13,4%	13,0%	24,7%	10,4%
Despesa Intraorçamentária	330.400	354.924	349.745	378.545	430.802	7,4%	5,9%	14,6%	30,4%	-1,5%	6,7%	21,4%	8,2%	23,2%	13,8%	2,8%	-8,0%	-5,8%	-1,6%	-10,5%	-8,4%	-4,2%	2,3%	7,0%	4,6%
Despesa Total (Com Intraorçamentária)	6.973.663	7.666.044	7.661.758	9.116.354	10.933.635	9,9%	9,9%	30,7%	56,8%	-0,1%	18,9%	42,6%	19,0%	42,7%	19,9%	5,2%	-4,5%	7,4%	18,4%	-9,2%	2,1%	12,5%	12,5%	23,9%	10,2%

(*) Variação Mensal do IPCA/IBGE a preços de novembro de 2022. - Fonte: SGEF/SIGEF/SEFAZ

As Despesas voltadas ao Combate à Pandemia da Covid-19 em Salvador somaram R\$ 1,7 bilhão em valores nominais, ou seja, R\$ 1,9 bilhões em valores atualizados pela variação do IPCA/IBGE, com 76% delas concentradas em 2020 e 2021, mas incluindo ainda R\$ 84 milhões em 2023.

Os repasses da União para aplicação em ações de combate a esta crise sanitária somaram R\$ 553 milhões em 2020, R\$ 99 milhões em 2021, R\$ 9 milhões em 2022 e zero reais em 2023, do que resulta um déficit nominal acumulado de R\$ 1.063 milhão, no período, coberto com recursos próprios da poupança municipal.

DESPESAS COM O COMBATE À PANDEMIA DA COVID-19					
UNIDADE GESTORA	2020	2021	2022	2023	TOTAL
Fundo Municipal de Saúde (FMS)	235	285	68	56	645
Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	81	65	27	9	182
Fundo Municipal de Educação (FME)	107	82	3	5	196
Fundo Municipal de Mobilidade Urbana (FMMU)	97	158	111	2	368
Outras Despesas com a Covid-19	97	106	117	13	333
TOTAL NOMINAL	617	696	327	84	1.724
TOTAL REAL*	742	766	340	84	1.932

Valores em R\$ milhão. (*) Variação do IPCA/IBGE. FONTE: SIGEF/SEFAZ

Despesa por Função

Saúde, Educação e Urbanismo são as funções que somam as maiores despesas totais do Município, constituindo, em conjunto, quase dois terços dos gastos municipais. Elas são seguidas, num segundo patamar, pelos gastos com as funções Previdência Social, Administração e Encargos Especiais, esta última ligada predominantemente aos serviços da Dívida Pública Municipal, e, por fim, pelas demais funções em que são despendidos os recursos financeiros municipais.

A função de Saúde consumiu R\$ 2,508 bilhões, o que representa 22,9% dos dispêndios totais do Município em 2023. A Educação consumiu R\$ 2,328 bilhões, ou seja, 21,2% do total das despesas municipais, crescendo nominalmente 23,4% sobre 2022. A função de Urbanismo consumiu R\$ 2,263 bilhões, no ano, isto é, 20,7% do total das despesas, um aumento de 20,9% sobre 2022. A função de Previdência Social representou 5,7% dos gastos municipais, a de Administração, 5,2%, e a de Encargos Especiais, 5%. Em conjunto, essas funções respondem por 80% dos gastos municipais.

Poupança Corrente

O resultado líquido do controle das despesas produziu, em 2023, uma Poupança Corrente de R\$ 700 milhões, dando continuidade à geração

POUPANÇA CORRENTE												
Exercício	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
Receita Corrente ¹	4.369	5.044	5.364	5.733	5.858	6.156	6.596	7.066	7.587	9.192	9.842	72.805
Despesa Corrente ²	3.682	4.458	4.925	5.274	5.293	5.794	6.168	6.718	6.981	7.863	9.142	66.299
Poupança Corrente (valores nominais)	687	585	439	459	564	362	428	348	606	1.328	700	6.507
Poupança Corrente (valores reais)*	1.269	1.016	688	678	809	500	567	441	697	1.446	700	8.811
Poupança Corrente / Receita Corrente	15,73%	11,60%	8,18%	8,01%	9,64%	5,88%	6,49%	4,92%	7,98%	14,45%	7,11%	8,94%
Despesa Corrente / Receita Corrente	84,27%	88,40%	91,82%	91,99%	90,36%	94,12%	93,51%	95,08%	92,02%	85,55%	92,89%	91,06%

(1) Valores nominais (em R\$ milhão), incluindo intraorçamentária e excluindo deduções de receitas. (2) Despesa Empenhada. (*) Atualização pela variação do IPCA/IBGE, a preços de novembro de 2023

de Poupança Corrente, que, entre 2013 e 2023, atingiram um montante global acumulado de R\$ 6,507 bilhões, em valores nominais, o que equivale a R\$ 8,810 bilhões em valores atualizados pelo IPCA. Estes valores representam 8,94% das receitas correntes acumuladas nesse período.

RESULTADOS FISCAIS

Resultados Primário e Nominal

As metas de Resultado Primário fixadas nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias foram superadas de 2013 a 2023. No ano, o Resultado Primário foi de (-) R\$ 574 milhões para uma meta definida na LDO de (-) 643 milhões, o que implica uma margem de superação de R\$ 69 milhões. O Resultado Nominal também teve suas metas cumpridas nos últimos 11

anos. O montante apurado em 2023 foi de (-) R\$ 688 milhões para uma meta de R\$ (-) R\$ 765 milhões, o que resulta numa margem de superação de R\$ 77 milhões.

Resultado Orçamentário

A evolução dos resultados orçamentários nos últimos 11 anos revela a obtenção sistemática de saldos orçamentários positivos, mesmo no cenário de queda na atividade econômica do país e da crise sanitária da pandemia da Covid-19.

Em 2023, o Resultado Orçamentário apresentou um déficit de R\$ 418 milhões, derivado da aplicação de recursos próprios de superávit financeiro, construído nos exercícios anteriores para o financiamento dos grandes investimentos urbanísticos e sociais em execução na cidade.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO											
Detalhamento	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Total	4.374	5.066	5.435	5.832	5.941	6.448	7.051	7.699	8.023	9.664	10.515
Receitas Correntes	4.175	4.815	5.113	5.450	5.556	5.832	6.265	6.711	7.237	8.813	9.446
Receitas de Capital	5	23	68	98	83	292	455	633	436	472	674
Receita Intraorçamentária	194	229	254	283	301	324	330	355	350	379	396
Despesa Total	4.067	4.970	5.382	5.681	5.674	6.352	6.974	7.666	7.662	9.116	10.934

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO											
Detalhamento	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Despesas Correntes	3.491	4.229	4.664	4.972	5.008	5.477	5.841	6.365	6.634	7.487	8.713
Despesas de Capital	386	512	457	407	381	552	802	946	678	1.251	1.790
Despesa Intraorçamentária	191	229	261	302	285	324	330	355	350	379	431
Resultado Orçamentário	307	96	53	151	267	95	77	33	361	547	-418

(1) Valores nominais (em R\$ milhão), incluindo intraorçamentária e excluindo deduções de receitas. (2) Despesa Empenhada. (*) Atualização pela variação do IPCA/IBGE, a preços de novembro de 2023

Disponibilidade de Caixa

A situação deficitária das Disponibilidades Líquidas de Caixa verificada em 2012 (- R\$ 77 milhões), revertida em 2013, quando passou para o polo positivo em R\$ 459 milhões, foi ampliada e atingiu R\$ 2,442 bilhões em 2023, dos quais quase R\$ 1 bilhão em recursos não vinculados.

Gastos com Educação e Saúde

Em 2023, foram aplicados R\$ 2,328 bilhões nos serviços públicos municipais de Educação, o que representa um índice de 25,83% da Receita Corrente Líquida (RCL) e configura excedente de R\$ 50 milhões acima do mínimo exigido constitucionalmente.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA												
Detalhamento	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Disponibilidade de Caixa Bruta	225	848	972	1.122	1.303	1.546	1.786	2.242	1.758	2.269	3.147	3.288
Disponibilidades em Recursos Vinculados	194	298	210	280	378	373	549	672	865	1.285	1.528	1.983
Disponibilidades em Recursos Não Vinculados	31	550	762	842	925	1.173	1.237	1.570	893	984	1.619	1.305
(-) Deduções - Obrigações Financeiras	303	389	297	392	326	289	316	389	108	138	399	846
Obrigações Financeiras (Recursos Vinculados)	143	270	154	173	90	80	70	57	69	101	201	501
Obrigações Financeiras (Recursos Não Vinculados)	160	119	143	219	236	208	246	332	39	36	198	346
Disponibilidade de Caixa Líquida	-77	459	675	730	977	1.257	1.471	1.853	1.650	2.132	2.748	2.442
Disponibilidade de Caixa Líquida em Recursos Vinculados	52	28	56	107	288	293	479	615	796	1.184	1.327	1.482
Disponibilidade de Caixa Líquida em Recursos Não Vinculados	-129	431	618	623	689	964	991	1.238	853	948	1.421	960

Valores Nominais (em R\$ milhão) - Fonte: SGF/SIGEF/SEFAZ.

GASTOS COM EDUCAÇÃO									
Ano	Despesa Bruta Realizada	Índice Constitucional					Índice		Excedente de Aplicação
		Despesa Total Aplicável (A)	Deduções Exigidas (B)	Despesa Líquida Aplicável (C = A - B)	Receitas de Impostos e Transferências (D)	Alcançado (C/D)	Mínimo (C/D)		
2019	1.417	1.280	192	1.088	4.205	25,87%	25%	36	
2020	1.441	1.288	215	1.073	4.101	26,16%		48	
2021	1.525	1.384	153	1.232	4.795	25,69%		33	
2022	1.887	1.599	167	1.432	5.585	25,65%		36	
2023	2.328	1.965	411	1.555	6.020	25,83%		50	

Despesas empenhadas. Valores Nominais (em milhão) - Fonte: SEFAZ

GASTOS COM SAÚDE									
Ano	Despesa Bruta Realizada	Índice Constitucional					Índice		Excedente de Aplicação
		Despesa Total Aplicável (A)	Deduções Exigidas (B)	Despesa Líquida Aplicável (C = A - B)	Receitas de Impostos e Transferências (D)	Alcançado (C/D)	Mínimo (C/D)		
2019	1.633	787	0	787	4.137	19,03%	15%	167	
2020	1.936	896	0	896	4.033	22,21%		291	
2021	2.175	1.050	0	1.050	4.712	22,29%		343	
2022	2.169	969	0	969	5.473	17,71%		148	
2023	2.494	1.139	0	1.139	5.886	19,36%		256	

Despesas empenhadas. Valores Nominais (em milhão) - Fonte: SEFAZ

Na área da Saúde, as aplicações realizadas superaram o limite legal durante todos os últimos 11 anos. Em 2021, obviamente por força da enorme demanda por serviços de Saúde provocada pela pandemia da Covid-19, o índice alcançou o recorde histórico do município, chegando a 22,29%, ou seja, 7,29% acima do limite mínimo constitucional exigido de 15%, resultando num excedente de aplicação também recorde, de R\$ 343 milhões.

Em 2023, os gastos com Saúde atingiram 19,36% e superaram em R\$ 256 milhões, o limite mínimo constitucional de aplicação de 15% das receitas de impostos e transferências em Saúde.

Gastos com Pessoal

Nos Gastos com Pessoal, os limites legais estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal de 48,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) são rigorosamente observados pela administração municipal. A

Despesa Bruta do Município com Pessoal, no exercício, somou R\$ 3,726 bilhões, um aumento de 13% sobre 2022. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o índice de Gastos com Pessoal apurado foi de 34,44% da RCL.

Gastos com Investimentos

Os gastos com investimentos somaram R\$ 1,471 bilhão, 23% acima do valor aplicado em 2022. Esses investimentos foram destinados à restauração da infraestrutura urbana e às demandas sociais, com foco na população mais vulnerável do município.

Dívida Pública do Município

A Dívida Consolidada Bruta Municipal somou um montante total de R\$ 3,214 bilhões em 2023. Este valor é composto pela Dívida Con-

GASTOS COM INVESTIMENTOS									
Ano	Investimento Anual (IA)	Receita Total (RT)	IA/RT (%)	Receita de Capital (RC)				Recursos Próprios*	"Recursos Próprios (%)"
				Operações de Crédito	Alienação de Bens	Transferências de Capital	Total		
2013	203	4.374	4,6%	0	0,6	5	5	198	98%
2014	413	5.066	8,2%	0	6,7	16	23	398	96%
2015	334	5.435	6,2%	6	45,0	18	69	310	93%
2016	299	5.832	5,1%	15	18,0	65	98	218	73%
2017	245	5.943	4,1%	9	8,1	66	83	170	69%
2018	437	6.448	6,8%	162	78,6	52	292	223	51%
2019	659	7.051	9,3%	345	53,5	57	455	257	39%
2020	736	7.699	9,6%	475	6,0	53	534	208	28%
2021	501	8.023	6,2%	399	2,0	13	414	88	18%
2022	1.076	9.664	11,1%	357	6,3	49	412	671	62%
2023	1.471	10.514	14,0%	487	2,2	115	604	869	59%
2013 a 2017	299	5.330	5,6%	6	16	34	56	259	86%
2018 a 2023	976	9.880	9,9%	445	30	68	542	463	47%

(*) Não incluem operações de crédito e transferências de capital. Valores Nominais Empenhados (em R\$ milhão) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ

tratual, Precatórios e Outras Dívidas. A Dívida Contratual soma R\$ 2,249 bilhões e inclui as operações de crédito internas e externas, constituindo 70% do total da dívida. Já o componente de Precatórios chegou a R\$ 551 milhões, formando 17% do total da dívida, enquanto o componente Outras Dívidas, que inclui indenizações por desapropriações anteriores a 2013 e utilização constitucional de depósitos judiciais, atingiu R\$ 414 milhões, constituindo os outros 13% da dívida consolidada total.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL), formado pelo valor da Dívida Consolidada Bruta menos o montante das disponibilidades financeiras líquidas do Município, caiu do patamar de R\$ 1,83 bilhão em 2012, que correspondia a 52,1% da Receita Corrente Líquida apurada naquele ano, para R\$ 1,147 bilhão, ou seja, 12,6% da RCL, em 2023, que representa cerca de 10% do permissivo legal para o endividamento líquido, que é 120% da RCL. O confronto do valor da DCL apurado em 2023 com o limite legal de endividamento de +120% da RCL, estabelecido na Porta-

PERFIL DA DÍVIDA CONSOLIDADA													
Componentes da Dívida Consolidada	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Δ (2023-2022) (%)
Dívida Contratual	1.673	1.638	1.593	1.631	901	505	590	863	1.383	1.757	1.977	2.249	14%
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e não Pagos	409	440	395	382	343	380	498	516	310	420	514	551	7%
Outras Dívidas	23	208	208	119	98	128	126	137	231	454	518	414	-20%
Total	2.105	2.286	2.196	2.132	1.342	1.012	1.215	1.515	1.925	2.631	3.009	3.214	7%

Valores Nominais em R\$ milhão. FONTE: (RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b").

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO						
Ano	Dívida Consolidada Bruta	Haveres Financeiros	Dívida Consolidada Líquida (A)	Receita Corrente Líquida - RCL (B)	Índice de Endividamento (% RCL)	
					Alcançado (A/B)	Limite(*)
2012	2.105	275	1.829	3.513	52,08%	120%
2013	2.287	596	1.691	4.060	41,66%	
2014	2.196	773	1.424	4.684	30,39%	
2015	2.133	815	1.318	4.966	26,55%	
2016	1.342	1.044	298	5.292	5,63%	
2017	1.012	1.380	-368	5.403	-6,81%	
2018	1.215	1.635	-419	5.672	-7,39%	
2019	1.515	1.947	-432	6.098	-7,09%	
2020	1.925	1.604	320	6.502	4,93%	
2021	2.631	2.048	583	6.980	8,36%	
2022	3.009	2.550	459	8.458	5,43%	
2023	3.214	2.067	1.147	9.114	12,59%	

(*) Portaria nº 40/2001 do Senado Federal.
Valores Nominais (em R\$ milhão) - Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ

ria nº 40/2001 do Senado Federal, revela que a folga na capacidade de endividamento de Salvador hoje é de R\$ 9,790 bilhões, correspondente a 107,4% da Receita Corrente Líquida do exercício.

O índice dos desembolsos com amortização, juros e encargos da dívida pública municipal frente à Receita Corrente Líquida caiu de 5,9% da RCL, em 2012, para 3% em 2023, apesar da realização de novas operações

de crédito externas e internas nesse período, num montante superior a R\$ 3,2 bilhões.

Dado que o limite legal para estes desembolsos é de 11,5% da RCL, o Município encontra-se capacitado a comprometer com o pagamento de novas dívidas (amortização do principal mais juros e encargos) até 8,5% da sua Receita Corrente Líquida, ou seja, R\$ 775 milhões a mais do que os R\$ 269 milhões despendidos em 2023.

AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
Ano	Desembolsos com a Dívida			Receita Corrente Líquida (D)	Índice de Desembolso (% RCL)	
	Juros e Encargos (A)	Amortização (B)	Total (C = A + B)		Alcançado (C/D)	Limite(*)
2012	69	138	207	3.513	5,9%	11,5%
2013	70	178	248	4.060	6,1%	
2014	68	98	166	4.684	3,6%	
2015	71	123	194	4.966	3,9%	
2016	11	108	119	5.292	2,3%	
2017	7	114	121	5.403	2,2%	
2018	17	115	133	5.672	2,3%	

AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA						
Ano	Desembolsos com a Dívida			Receita Corrente Líquida (D)	Índice de Desembolso (% RCL)	
	Juros e Encargos (A)	Amortização (B)	Total (C = A + B)		Alcançado (C/D)	Limite(*)
2019	32	143	176	6.097	2,9%	11,5%
2020	25	154	179	6.502	2,8%	
2021	54	118	172	6.980	2,5%	
2022	88	69	157	8.458	1,9%	
2023	144	125	269	9.114	3,0%	

(*) Portaria nº 43/2001 do Senado Federal. Valores em R\$ milhão. Fonte: Sistemas SGF/SIGEF/SEFAZ.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)

As regras da Capag tratam as situações relativas ao endividamento, à poupança corrente e à liquidez relativa do ente federado, aplicando-se, no caso do endividamento e da liquidez relativa, os resultados obtidos em um exercício-base como referência para o exercício fiscal seguinte e, no caso da Poupança Corrente, a média ponderada dos três últimos exercícios.

O indicador do Endividamento (DC) é definido pela razão entre a Dívida Consolidada Bruta e a Receita Corrente Líquida, a Liquidez Relativa (LR), pela relação entre a Disponibilidade de Caixa Bruta, abatidas as Obrigações Financeiras, e a Receita Corrente Líquida; e a Poupança Corrente (PC), pela razão entre a Despesa Corrente e a Receita Corrente Ajustada (inclui a receita Intraorçamentária e exclui as deduções de receita). No caso da Poupança Corrente, a regra da ponderação atribui 50% do peso ao exercício-base, 30% ao exercício imediatamente anterior e 20% ao exercício antecedente a este último. A pontuação desses indicadores é efetuada por meio da utilização de conceitos que variam de A a D, sendo A e B de aprovação e C e D de reprovação.

Salvador obteve aprovação com Conceito Final B na Capag apurada em 31 de dezembro de 2023, ou seja, ainda sob a égide da Portaria ME nº 5.623/2022, a partir da obtenção do conceito parcial A, nos Indicadores de Endividamento, com índice de 35,2%, e de Liquidez, com índice de 0,12; e conceito parcial B no Indicador de Poupança Corrente, com índice de 89,4%.

Avaliação Externa da Gestão Fiscal

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) é resultado de um estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), criado em 2008, que monitora o desenvolvimento socioeconômico de mais de cinco mil municípios brasileiros. Esse índice baseia-se nos indicadores de autonomia financeira, rigidez orçamentária, liquidez e capacidade de investimentos do município, medidos pelo percentual da receita total gasto em investimentos.

Na edição 2023, ano base 2022, Salvador ocupou o posto de primeira capital do país em Excelência da Gestão Fiscal com um índice de 0,9823, tendo obtido nota máxima de 1,0000 nos Indicadores de Autonomia, Gastos com Pessoal e Liquidez e nota de 0,9294 no Indicador de Investimentos e, com isso, integrando um grupo de 21,9% dos municípios brasileiros com Gestão Fiscal de Excelência. Em 2022, Salvador foi a única capital do país a alcançar o nível máximo de excelência em todos os quatro indicadores que compõem o IFGF. Salvador tem ocupado as primeiras colocações na gestão fiscal do país nos últimos anos, após se encontrar, em 2012, na 23ª colocação, saltou 10 posições e, em 2013, passou ao 13º lugar. Assumiu a 2ª posição deste ranking em 2017, 2019 e 2021, a 3ª em 2015, a 4ª em 2016 e a 5ª em 2014.

INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS

O município implementou uma Política de Incentivos Tributários e de Estímulos para o desenvolvimento social, econômico, urbanístico, ambiental e cultural do município. Em 2023, esses incentivos incluíram:

IFGF 2023 ANO-BASE 2022 RANKING DAS CAPITALS						
Ranking	Município	IFGF	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
1º	Salvador	0,9823	1,0000	1,0000	1,0000	0,9294
2º	Manaus	0,9145	1,0000	1,0000	0,7081	0,9499
3º	São Paulo	0,8504	1,0000	1,0000	1,0000	0,4016
4º	Vitória	0,8412	1,0000	1,0000	1,0000	0,3649
5º	Curitiba	0,8350	1,0000	1,0000	1,0000	0,3400
6º	Recife	0,8320	1,0000	1,0000	0,7282	0,6000
7º	Aracaju	0,8116	1,0000	0,6507	0,9070	0,6887
8º	Rio Branco	0,7998	0,9051	1,0000	1,0000	0,2941
9º	Belo Horizonte	0,7996	1,0000	1,0000	0,7713	0,4272
10º	Florianópolis	0,7913	1,0000	0,9243	0,7372	0,5037
11º	Porto Alegre	0,7841	1,0000	1,0000	0,8084	0,3279
12º	Maceió	0,7738	0,9442	0,9384	0,7822	0,4305
13º	São Luís	0,7722	1,0000	1,0000	1,0000	0,0889
14º	Goiânia	0,7664	1,0000	0,9378	0,9662	0,1617
15º	Macapá	0,7567	0,0769	0,9499	1,0000	1,0000
16º	Rio de Janeiro	0,7562	1,0000	0,8016	0,6444	0,5788
17º	Palmas	0,7301	1,0000	0,5612	0,9736	0,3856
18º	Boa Vista	0,7211	0,4825	0,7443	1,0000	0,6579
19º	Belém	0,6879	1,0000	0,9207	0,5968	0,2341
20º	Fortaleza	0,6786	1,0000	0,5902	0,5791	0,5453
21º	Teresina	0,6776	0,8826	0,7967	0,5834	0,4475
22º	Porto Velho	0,6366	0,5334	0,6086	1,0000	0,4043
23º	Natal	0,6280	1,0000	0,6340	0,6823	0,1958
24º	João Pessoa	0,5992	1,0000	0,0960	1,0000	0,3007
25º	Cuiabá	0,5578	1,0000	0,7342	0,0000	0,4972
26º	Campo Grande	0,3906	1,0000	0,0948	0,0000	0,4675

FONTES: IFGF 2023 - FIRJAN

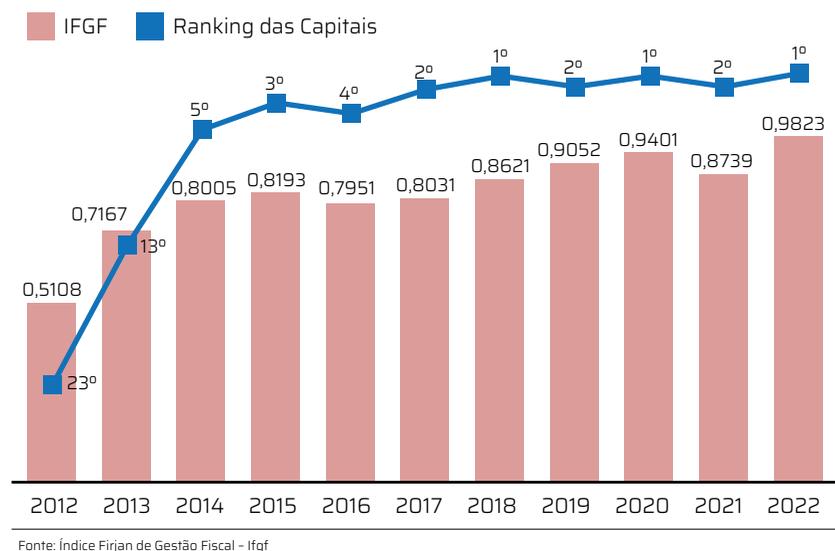
a) a concessão de isenção de IPTU/TRSD para imóveis residenciais com valor venal de até R\$ 126.019,45 (valor de referência para 2023), que beneficiou mais de 269 mil famílias;

b) o estímulo à implantação de empreendimentos de alta tecnologia nas áreas do Parque Tecnológico e das Regiões Administrativas I (Centro) e II (Itapagipe), com redução da alíquota do ISS para até 2%, beneficiando 669 empreendimentos em 2023;

c) o Programa Salvador 360, de estímulo ao desenvolvimento econômico do município, bem como à geração e manutenção de empregos, que beneficiaram 26 projetos no ano;

d) o Programa de Estímulo aos Centros de Distribuição com a redução de 40% do IPTU e TRSD para a instalação de novos centros de logística e armazenamento, extensiva à modernização e ampliação dos já instalados no município;

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL DE SALVADOR



e) o estímulo à implantação de indústrias integradas a projetos de cunho social em áreas públicas municipais, mediante a redução de 50% do IPTU e da TRSD aplicáveis aos imóveis que as hospedem;

f) o estímulo à requalificação de imóveis degradados e subutilizados na área abrangida pelos bairros da Barra, Comércio, Centro Histórico, Santo Antônio e Península de Itapagipe, além das ilhas e ilhotas pertencentes ao município (Pidi e Revitalizar), que atraiu cinco projetos até 2023;

g) o Programa de Desoneração Tributária para Povos e Comunidades de Terreiro, pelo qual ficam isentos do IPTU os imóveis utilizados como templos por essas comunidades, que beneficiou 223 desses imóveis em 2023;

h) a isenção do ISS e do ITIV sobre a venda de imóveis integrantes de programas habitacionais de interesse social, que beneficiou 7.429 famílias desde 2014;

i) o apoio à modernização da frota do transporte coletivo municipal rodoviário de passageiros, a fim de garantir tarifa suportável pelo usuário final, que apoiou três concessionárias de transporte urbano de 2019 a 2021 e duas em 2022 e 2023;

j) os programas IPTU Verde e IPTU Amarelo, que concedem redução do IPTU para a adoção de práticas sustentáveis no consumo de recursos naturais e na geração própria de energia solar, abrangendo 672 e 165 imóveis, respectivamente, em 2023;

k) a redução de 80% do valor venal dos terrenos declarados não-edificáveis, inseridos em áreas de APA, APP e Mata Atlântica, abrangem 207 imóveis em 2023;

l) a redução de tributos para clubes sociais e esportivos que disponibilizam suas instalações e equipamentos para atividades esportivas educacionais e culturais promovidas pela prefeitura, que beneficiou 17 entidades sociais e esportivas em 2023;

m) a redução tributária para terrenos com construção em andamento, com o propósito de estimular a utilização dos terrenos municipais, que beneficiou 103 contribuintes em 2023;

n) o diferimento do pagamento de IPTU/TRSD dos imóveis alienados pelo município, que consiste no diferimento desses tributos por 3 anos ou até a emissão do "Habite-se", após a imissão na posse. Foram beneficiados por esse programa 20 imóveis;

o) o Programa Proturismo, de requalificação da infraestrutura e modernização dos serviços de hospedagem e aumento da taxa de ocupação da rede hoteleira do município com redução de até 40% do IPTU devido de 2020 a 2024, que beneficiou 1.423 estabelecimentos hoteleiros;

p) o Programa Viva Cultura, voltado ao fortalecimento da economia da Cultura, mediante a concessão de crédito ao contribuinte incentivador de projetos culturais no valor de até 90% do montante investido em cada projeto para abatimento do ISS e do IPTU. Nove projetos culturais foram beneficiados por esse programa, três deles em 2023;

q) o Programa Procultura, voltado à recuperação deste importante setor da economia local, o mais afetado pelas medidas de distanciamento social indispensáveis ao combate à pandemia da Covid-19, com o estímulo à promoção de festividades, espetáculos e atividades culturais afins, mediante a retirada de serviços prestados por terceiros da base de cálculo do ISS e a redução para até 2% da alíquota do ISS

incidente sobre os serviços vinculados a um amplo conjunto de atividades culturais realizadas no município, beneficiando 2.630 projetos, 1.601 dos quais em 2023;

r) o Programa Inova Salvador que oferece às empresas de base tecnológica e startups voltadas para a inovação incentivos fiscais que incluem: redução da alíquota do ISS de 5% para 2%; redução de 50% do IPTU; isenção do ITIV incidente sobre a aquisição do imóvel onde a empresa venha a desenvolver suas atividades; isenção do ISS incidente sobre os serviços de execução de obras de construção civil relativas à edificação, restauração, recuperação, reforma e conservação do imóvel onde a empresa desenvolva ou venha a desenvolver suas atividades; isenção da Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF); isenção da Taxa de Licença de Localização (TLL) do estabelecimento onde a empresa venha a desenvolver suas atividades; isenção da Taxa de Vigilância Sanitária (TVS), desde que a empresa utilize tecnologias limpas no desenvolvimento de suas atividades; diferimento do pagamento do ISS mensal por 24 meses. Esse programa contou cinco empresas qualificadas em 2023.

Adicionalmente, um outro conjunto de medidas de estímulo ao desenvolvimento econômico e socioambiental do município foi agregado à lista de incentivos em 2023, por meio da Lei nº 9.767, de 30 de novembro de 2023. Estas medidas incluem:

a) o Programa de Incentivo a Empreendimentos e Moradias – Renova Centro – tem o objetivo de promover o desenvolvimento urbano da área expandida do Centro Histórico de Salvador por meio do fomento à habitação e ao desenvolvimento econômico, com foco na edificação, restauração na modalidade Retrofit, recuperação ou reforma de unidades imobiliárias residenciais, não residenciais e de uso misto, admitida à conversão do imóvel não residencial em residencial e vice-versa.

Para tanto, oferece aos investidores, incorporadores imobiliários, adquirentes dos imóveis e aos empreendimentos e atividades econômicas que se instalem na área, inclusive as fachadas ativas, benefícios como o perdão de dívidas tributárias e não tributárias, isenção de IPTU e

do ITIV, isenção da TFF, redução do ISS de 5% para 2% e dispensa de cobrança de outorga onerosa, entre outros. O limite financeiro global deste programa, ao longo dos 10 anos de sua vigência, é de R\$ 500 milhões. O limite anual é de R\$ 50 milhões.

b) o Programa de Incentivo à Atividade Imobiliária busca estimular o surgimento de novos empreendimentos na cidade, com geração e manutenção de empregos, mediante a oferta ao incorporador imobiliário de condições especiais de parcelamento dos créditos de IPTU e TRSD, incidentes sobre os terrenos destinados à construção de empreendimentos e sobre as edificações imobiliárias destinadas a obras de construção, reforma, reparação e restauração, inclusive na modalidade Retrofit;

c) o Programa de Incentivos Fiscais e Econômicos para o Desenvolvimento de Novos Polos Logísticos tem o propósito de potencializar o setor de Logística em Salvador, mediante a oferta de incentivos fiscais e econômicos às empresas do setor que vierem a se instalar ou promoverem a ampliação de empreendimentos já instalados nas regiões de Valéria e São Tomé. Os incentivos incluem a isenção do ITIV na transmissão onerosa do imóvel a ser usado para construção ou ampliação do empreendimento, a isenção do ISS sobre os serviços de construção e ampliação do empreendimento, a redução de 50% do valor do IPTU aplicável ao imóvel objeto do empreendimento e a redução da alíquota do ISS de 5% para 2% por cinco anos para as empresas que prestem os serviços de logística. Excepcionalmente, as isenções de ITIV e de ISS serão também aplicáveis aos Setores Fiscais 154 – Barros Reis; 182 – Porto Seco; e 186 – BR-324-II;

d) o Programa de Incentivo à Coleta Seletiva durante o Calendário Municipal de Festas Públicas e Manifestações Tradicionais de Salvador tem o objetivo de promover investimentos na coleta e reciclagem de resíduos sólidos em eventos culturais ou festivos e fomentar o empreendedorismo, a inclusão social e a emancipação econômica das Cooperativas de Trabalhadores de Materiais Recicláveis ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, mediante a concessão de incentivos fiscais aos patrocinadores com contrapartida de contratação e remuneração de trabalhadores

de materiais recicláveis, por meio de cooperativas ou associações regularmente constituídas. O limite financeiro anual do programa será de até R\$ 10 milhões com a duração de cinco anos.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Para recuperar créditos junto aos contribuintes em situação de atraso de pagamento ou de inadimplência com o Município, várias iniciativas foram adotadas como:

- Programa de Parcelamento Administrativo de Dívidas – PAD, de natureza permanente, que concede prazo de até 60 meses, mas sem dispensa de encargos;
- ações de recuperação do ISS declarado em Nota Fiscal, mas não recolhido pelo contribuinte através do chamado Resumo de Declaração Tributária – RDT, operacionalizadas por meio do PAD;
- ações estratégicas de cobrança qualificada voltadas para determinados grupos, a exemplo de grandes contribuintes dos devedores contumazes e situações específicas como as de rompimento de parcelamento e de encaminhamento dos débitos para Dívida Ativa.

Nos três últimos exercícios, foram gerados R\$ 486 milhões de receita decorrente dos pagamentos realizados pelos contribuintes após o vencimento do tributo, mais R\$ 355 milhões de receita via Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) e outros R\$ 372 milhões via o Programa de Parcelamento Administrativo (PAD), o que soma o expressivo montante de R\$ 1,2 bilhão de créditos tributários recuperados entre 2021 e 2023.

Por meio do Decreto nº 37.192, de 26 de julho de 2023, foi instituído um evento especial de recuperação de créditos mediante a utilização do mecanismo da Transação, com prazo de 90 dias para adesão, com vistas à composição de litígios que se enquadrem nas características e exigências especificamente fixadas no decreto. Foram protocolados 1.346 pedidos de adesão, dos quais 32 já foram aprovados, implicando numa recuperação de créditos na casa de R\$ 32 milhões.

Programa de Pagamento Incentivado – PPI 2023

O programa, com vigência entre 1º e 31 de dezembro, resultou em mais de 37 mil contratos de parcelamento no valor global de mais de R\$ 800 milhões.

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Abertura de Empresas

Salvador saiu da 26ª colocação entre as capitais no primeiro quadrimestre de 2021 e assumiu a 5ª posição no segundo quadrimestre de 2023 em tempo médio de abertura de empresas, superando São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza e Recife. De nove dias e quatro horas, em janeiro de 2021, o município passou a realizar a abertura de empresas em apenas quatro horas, ao final de 2023.

Desburocratização de Alvarás e Licenças

No ranking nacional de Desburocratização de Alvará e Licença, Salvador saltou do 27º lugar, em 2022, para o 3º lugar, em 2023, entre as capitais brasileiras, superada apenas por Boa Vista e Porto Alegre. Este resultado deve-se principalmente à alteração da Classificação de Atividades de Baixo Risco A que passaram de 149, em 2022, para 767 em 2023.

Além disso, foram adotadas medidas de desburocratização para a melhoria do ambiente de negócios como a criação do Comitê Municipal de Desburocratização para o Desenvolvimento Econômico de Salvador, da Coordenadoria de Cadastro Mobiliário, no âmbito da Sefaz, do Painel Mapa de Empresa – onde estão consolidadas as informações de aberturas, baixas, saldos e visão de mercado – e do Painel Geo-Negócio, que permite ao empreendedor a análise do seu negócio nas diversas regiões da cidade.

Também foi promovida integração entre a Sedur e a Sefaz para atualizações automáticas das viabilidades locais, implantado Sistema de Envio Eletrônico dos Cadastros de Empresas da Sefaz para a Vigilância Sanitária Municipal para subsidiar as análises das vistorias e a publicação do Decreto da Liberdade Econômica (Decreto nº 37.347/2023), que

estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica em Salvador.

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Durante o ano, foram conduzidas 768 atividades de fiscalização com foco em tributos como IPTU, ISS, ITIV, TFF e TL/TRSD. Dessas ações, 489 identificaram irregularidades, resultando na constituição de R\$ 131 milhões em créditos tributários. O levantamento revelou que o ISS foi o tributo com o maior montante identificado, totalizando R\$ 87 milhões, seguido pelo IPTU, que representou R\$ 32 milhões em créditos tributários.

Shows e Eventos

Medidas adotadas, como o Programa de Retomada do Setor Cultural, que ofereceu redução de alíquotas do ISS e remissão de débitos, impulsionaram o aumento na quantidade de eventos cadastrados em 2023, com perspectivas para 2024. A implementação do Sistema Bilhete Eletrônico, desde 2018, melhorou o controle do segmento e influenciou na arrecadação do ISS. A retomada dos shows e eventos resultou no crescimento na arrecadação do ISS do segmento de R\$ 8,4 milhões, em 2022, para R\$ 13,1 milhões em 2023. Apesar da redução de alíquota implementada pelo Programa Procultura, ainda assim houve um aumento (0,7%), na arrecadação de ISS proveniente dos blocos e camarotes de Carnaval em 2023, relativamente a 2020, dada a não realização de Carnaval na cidade em 2021 e 2022.

Simples Nacional

No ano, o Sistema de Gestão do Simples Nacional (GSN) monitorou e incentivou a conformidade fiscal dos contribuintes optantes pelo Regime Especial do Simples Nacional. Segundo o GSN, foram emitidos 41.665 Avisos Fiscais de Divergências, dos quais 11.950, ou seja, 28,7% resultaram em auto regularizações pelos próprios contribuintes que geraram R\$ 27,8 milhões de arrecadação de ISS.

Foram realizadas 12 ações fiscais direcionadas a contribuintes optantes pelo Regime Especial, resultando em créditos constituídos de obrigações

tributárias (principal e acessória) com o ISS totalizando R\$ 4.602.753,08 provenientes de lavraturas de Notificações Fiscais de Lançamento (NFL) e Autos de Infração (AI).

Cota Parte do ICMS

O valor adicionado (VA) apurado pelo Estado da Bahia para quantificar a participação do Município de Salvador no repasse estadual da cota-parte do ICMS para o exercício de 2024, apurado em 2023, através do trabalho realizado pela fiscalização no exercício 2023, relativo ao ano-base de 2022, teve uma variação positiva de 17,79% em relação ao apurado em 2022 (ano-base 2021), passando de R\$ 23,4 bilhões para R\$ 27,6 bilhões. Enquanto isto, refletindo mudanças legislativas na forma de cálculo e diferenças no dinamismo econômico dos municípios, com ênfase especial para os vetores do agronegócio e da energia alternativa, o índice de participação de Salvador no ICMS caiu 4,33%, passando de 9,9446456 em 2023 para 9,5136904 em 2024.

Os repasses da cota-parte do ICMS do Estado para o Município somaram os valores brutos de R\$ 905 milhões em 2022 e R\$ 846 em 2023, estando prevista para 2024 uma receita de R\$ 864 milhões.

Instituições Financeiras

Desde 2021, a ferramenta DMS-IF (Declaração Mensal de Serviços-Instituições Financeiras) permite o monitoramento das declarações de base de cálculo do ISS pelas instituições financeiras obrigadas pelo Banco Central do Brasil à escrituração pelo Cosif (Plano Contábil das Instituições Financeiras). Em 2023, esse monitoramento e ações de fiscalização no segmento resultaram no lançamento de mais de R\$ 200 mil em créditos constituídos de ISS, tendo mais de R\$ 76 mil sido pagos ou inscritos em Dívida Ativa.

Outras ações de fiscalização foram desenvolvidas em empresas relacionadas a atividades auxiliares de correspondente de instituições financeiras. Essas ações resultaram no lançamento de diferença Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) no valor de mais de R\$ 7,5 milhões, dos quais R\$ 3,7 milhões foram pagos parcelados ou inscritos em Dívida Ativa no exercício.

ADMINISTRAÇÃO DOS IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Recadastramento dos Imóveis Municipais

O projeto, ao final de 2023, recadastrou 406 imóveis públicos, o que corresponde a 55% da meta de 735 imóveis prevista para dezembro de 2025. Outras 308 áreas foram enviadas para registro em cartório e há 400 cadastros de imóveis públicos disponibilizados na base cartográfica da Coordenadoria de Administração do Patrimônio Imobiliário.

Receita Oriunda do Uso dos Imóveis Municipais

A administração dos bens imóveis públicos municipais tem representado uma importante fonte de receita para o município. Nos últimos seis anos, o uso desses bens, em suas diversas modalidades, previstas na Lei nº 3293/1983, gerou arrecadação de R\$ 23.660 milhões em valores nominais.

Alienação de Bens Imóveis Municipais

Através do Programa de Alienação de Bens Imóveis Municipais, 50 imóveis foram alienados até 2023, gerando R\$ 224 milhões de receita de capital, despendida exclusivamente em obras de infraestrutura ou ampliação dos ativos permanentes do município. A maior parte desses recursos foi utilizada na construção do Hospital Municipal de Salvador, na cobertura integral dos custos da construção do novo Centro de Convenções da Capital, na construção do Parque dos Ventos e em obras de requalificação das vias urbanas municipais.

Em 2023, a Sefaz lançou 13 editais para a alienação de imóveis públicos municipais, dos quais três processos de concorrência pública tiveram êxito, resultando em uma arrecadação de R\$ 3.776.416,90.

Desapropriação de Áreas

Entre 2021 e 2023, a Sefaz realizou um total de aproximadamente 1.900 processos de desapropriação de áreas destinadas à implementação de projetos sociais, ambientais, urbanísticos e de melhoria do Sistema

Viário Municipal. A iniciativa atendeu solicitações de expropriação de áreas consideradas de utilidade e de interesse público para fins de desapropriação por diversos órgãos e entidades da administração municipal.

CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS (CMT)

O Conselho Municipal de Tributos (CMT), formado por representantes dos contribuintes e do fisco municipal, tem a finalidade institucional de julgar os processos administrativos de contestações fiscais relativas aos tributos municipais administrados pela Sefaz. Por meio de suas duas Câmaras Julgadoras, o CMT julgou 328 processos, em 2023, considerando 244 deles procedentes. Desde sua criação em 2014, o CMT julgou 4.953 processos, 73% dos quais procedentes.

PROGRAMA PMAT COM O BNDES

O PMAT é um programa de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinado à modernização da administração tributária municipal, com o valor de até R\$ 105 milhões em duas tranches.

Primeira Tranche

A primeira tranche tem um financiamento de R\$ 50,8 milhões, contratado em 2015, com contrapartida do Município de R\$ 18,2 milhões, totalizando R\$ 69 milhões. Adicionados aos rendimentos de aplicação financeira apurados até dezembro de 2023, atingiram um montante total de investimentos de R\$ 71,6 milhões. O financiamento foi realizado com carência de 24 meses e prazo de amortização de 96 meses, tendo como órgãos executores, além da Sefaz, a Semge, Sedur e a PGMS.

Até dezembro de 2023, foram executadas 92% das ações de modernização da infraestrutura e das consultorias institucionais, 93% das ações de modernização tecnológica, 100% da gestão de processos e de capacitação, 65% da gestão de documentos e 64% das de gestão de cadastros.

Segunda Tranche

No valor de R\$ 54,1 milhões, o contrato desta tranche foi assinado em dezembro de 2022, contando com uma contrapartida do Município de R\$ 6 milhões, num montante total de investimento de R\$ 60,1 milhões, com previsão de execução em 36 meses. Os órgãos executores dessa tranche são a Sefaz, com projetos que somam R\$ 45,1 milhões, a Sedur, com R\$ 10 milhões e a PGMS, com R\$ 5 milhões.

No ano, a execução financeira total foi de R\$ 5,85 milhões, ou seja, 9,73% do total. A Sefaz executou R\$ 5,79 milhões com recursos aplicados exclusivamente na Modernização da Infraestrutura (aquisição de equipamento de informática), contribuindo com 9,63% da execução total, enquanto a PGMS utilizou R\$ 59 mil em ações de capacitação, contribuindo com 0,1% da execução financeira total.

PROGRAMA PNAFM III

O município firmou com a Caixa Econômica Federal um contrato de empréstimo no valor de R\$ 35 milhões para a execução a cargo da Sefaz de um Projeto para Modernização da Gestão Fiscal do Município do Salvador, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM III), objeto de um contrato de financiamento entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a União.

O programa financia ações de estímulo e potencialização do equilíbrio fiscal autossustentável dos municípios, seja pela via da ampliação do seu potencial de arrecadação, seja pela redução e controle dos custos gerados pela máquina administrativa. O projeto conta com uma contrapartida municipal de 10% do valor do empréstimo, totalizando um montante global de R\$ 38,9 milhões a serem aplicados em suas ações.

Durante o ano, foram utilizados R\$ 2,4 milhões (6,19% do total) com a execução financeira saindo de R\$ 5,4 milhões, em 2022, para R\$ 7,8 milhões, em 2023. Até dezembro, foram executados 20% da previsão total das ações do programa.

ESTUDO DO VALOR DAS TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS (ITIV)

O Sistema de Definição do Valor de Mercado dos Imóveis de Salvador, desenvolvido pela Sefaz em 2022, que estabeleceu o valor declarado da transação de compra e venda de imóveis como a base de cálculo do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI/ITIV), foi aprimorado em sua base de dados de transações, que antes cobria o período de 2014 a 2022 e foi estendida para 2023. Com isso, o processamento passou a incluir 160 mil registros – ante 126 mil, em 2022, dos quais 110 mil foram georreferenciados.

A metodologia utilizada, após a necessária atualização monetária dos valores, é a do cálculo da média de valor de transação por metro quadrado e por tipo de imóvel (residencial horizontal/vertical, não-residencial horizontal/vertical, galpão, garagem e terreno), o que possibilita obter um valor estimado de mercado para cada imóvel e, assim, averiguar-se, em bases de mercado, se o valor da transação informado está aderente ao mercado ou não. O sistema permite a criação de sete camadas temáticas, uma para cada tipologia de imóvel, o que se traduz em refinamento da avaliação, permitindo análises segmentadas e, portanto, mais próximas da realidade de cada imóvel sob exame.

MAPEAMENTO CARTOGRÁFICO DIGITAL DO MUNICÍPIO

O Projeto Mapeamento Cartográfico Digital de Salvador tem o objetivo de prover o Município de dados cartográficos atualizados em escala urbana (1:1000) para a geração de informações georreferenciadas, baseadas nos diversos cadastros da cidade em todas as suas áreas de atuação.

Em 2023, foi iniciada a atualização do recobrimento aerofotogramétrico de Salvador, envolvendo mais de 20 mil imagens aéreas na escala 1:1.000 após o último levantamento do município realizado em 2017. Foi agregada uma nova ferramenta de gestão geoespacial com a contratação do Mapeamento Móvel Terrestre 360° de Salvador, que consiste no imageamento das fachadas dos imóveis dos principais logradouros da cidade, totalizando 2.500 km.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG)

O Sistema Corporativo de Informações Geográficas (SIG) de Salvador que tem a participação de nove órgãos da prefeitura, será ampliado para concentrar os principais dados georreferenciados de praticamente todas as áreas de atuação da administração municipal. Em 2023, a Sefaz acrescentou ao sistema as camadas de mapas temáticos das quadras e lotes fiscais e condomínios edifícios, aprimorando sua capacidade de atuação na área fiscal de forma planejada e organizada. Constam também do SIG bases de dados de instituições de fora da prefeitura, a exemplo da Embasa, Correios, Conder, Bahiagás e SPU/BA (Superintendência do Patrimônio da União/Bahia).

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2024: SEFAZ + POR SALVADOR

Alinhado ao Planejamento Estratégico Global do Município, o Planejamento Estratégico 2021-2024 Sefaz+ Por Salvador objetiva o aprimoramento da relação com o contribuinte, a transformação digital que modernize e potencialize os processos internos de gestão tributária/fiscal e a prestação de serviços *on-line* ao contribuinte, a eficiência e os resultados da Sefaz. O programa envolveu duas carteiras de projetos: a primeira, criada em 2021, é composta por 28 projetos com registro de 97% de conclusão, e a atual, iniciada em 2023, composta por 12 projetos, dos quais 58% concluídos. Juntas, as carteiras atingem um índice de conclusão de 85% entre os 40 projetos.

EXPEDIENTE



Bruno Soares Reis
Prefeito

Ana Paula Andrade Matos Moreira
Vice-prefeita e Secretária de Saúde – SMS

Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão
Secretário de Governo

Luiz Antonio Vasconcellos Carreira
Chefe da Casa Civil

Rodrigo Santos Alves
Secretário Municipal de Gestão – SEMGE

Giovanna Guiotti Testa Vicer
Secretária Municipal da Fazenda – SEFAZ

Thiago Martins Dantas
Secretário Municipal da Educação – SMED

Fabrizio Muller Martinez
Secretário Municipal de Mobilidade – SEMOB

Alexandre Almeida Tinoco
Secretário Municipal de Ordem Pública – SEMOP

João Xavier Nunes Filho
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEDUR

Luiz Carlos de Souza
Secretário Municipal de Infraestrutura e
Obras Públicas – SEINFRA

Antônio José da Cruz Júnior Magalhães
Secretário Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza,
Esportes e Lazer – SEMPRES

Pedro Conde Tourinho
Secretário Municipal de Cultura e Turismo – SECULT

Ivete Alves do Sacramento
Secretária Municipal da Reparação – SEMUR

Marcelle Carvalho de Moraes
Secretária Municipal de Sustentabilidade, Resiliência e
Bem-Estar e Proteção Animal – SECIS

Lázaro França Jezler Filho
Secretário Municipal de Manutenção da Cidade – SEMAN

Fernanda Silva Lordelo
Secretária Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e
Juventude – SPMJ

Renata Gendiroba Vidal
Secretária Municipal de Comunicação – SECOM

Mila Correia Gonçalves Paes Scarton
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e
Renda – SEMDEC

SALVADOR 2023

Samuel Pereira Araújo

Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia – SEMIT e
Presidente da Companhia de Governança Eletrônica
do Salvador – COGEL

Luciano Ricardo Gomes de Sandes

Secretário Municipal de Articulação Comunitária e
Prefeituras-Bairro – SACPB

Eduardo de Carvalho Vaz Porto

Procurador Geral do Município do Salvador – PGMS

Jeanclaydson de Almeida Sacramento

Ouvidor Geral do Município – OGM

Maria Rita Góes Garrido

Controladora Geral do Município de Salvador – CGM

Virgílio Teixeira Daltro

Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano de
Salvador – DESAL

Omar Antônio Gordilho de Britto

Presidente da Empresa de Limpeza Urbana do Salvador – LIMPURB

Isaac Chaves Edington

Presidente da Empresa Salvador Turismo – SALTUR

Marcos Lessa Mendes

Presidente da Companhia de Desenvolvimento e Mobilização de
Ativos de Salvador – SALVADORPAR

Tânia Maria Scofield de Souza Almeida

Presidente da Fundação Mário Leal Ferreira – FMLF

Isabela Argolo de Almeida

Presidente da Fundação Cidade Mãe – FCM

Fernando Ferreira de Carvalho

Presidente da Fundação Gregório de Mattos – FGM

Marcus Vinícius Passos Raimundo

Presidente da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços
Públicos de Salvador – ARSAL

Décio Martins Mendes Filho

Superintendente de Trânsito do Salvador – TRANSALVADOR

Orlando César da Costa Castro

Superintendente de Obras Públicas de Salvador – SUCOP

Maurício Rosa Lima

Diretor Geral da Guarda Civil Municipal – GCMS

Sósthenees Tavares de Macêdo Almeida

Diretor Geral da Defesa Civil – CODESAL

Coordenação do Relatório de Atividades 2023

Luiz Antonio Vasconcellos Carreira

Chefe da Casa Civil

Moyses de Oliveira Andrade Júnior

Subchefe da Casa Civil

Renata Guimarães Camelyer

Coordenação Técnica

Cássia Geraldi Montenegro

Jornalista responsável (MTB 1052)

Fotos: SECOM

Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte.





SALVADOR
PREFEITURA